

O RUMO ESTRATÉGICO DO BLOCO

Mesa Nacional do Bloco de Esquerda

Este texto cumpre uma função distinta das resoluções que formam a tradição da actividade de direcção no Bloco. Em vez de se pronunciar sobre aspectos concretos da intervenção e sobre escolhas de curto prazo, como o faz normalmente a Mesa Nacional, ou sobre orientações de fundo, como o faz a Convenção, este texto é um relatório que propõe uma reflexão mais aberta sobre identidade e escolhas estratégicas. Visa discutir hipóteses de trabalho, interpretações, ideias e projectos sem que estejam necessariamente articulados com decisões e propostas políticas imediatas. Este debate quer ajudar a definir prioridades para os próximos três anos, contribuindo para impulsionar o crescimento do Bloco como uma força determinante na luta social e política da esquerda em Portugal.

Introdução: três desafios ao Bloco

Na sequência das eleições presidenciais, foram colocadas ao Bloco três questões muito interessantes e actuais. Foram apresentadas por opositores políticos, duas por José Manuel Fernandes, director do *Público*; e outra por Pedro Lomba, cronista do *Diário de Notícias*. A intenção dessas críticas - que não é independente da condenação militante que ambos alimentam contra o Bloco - é razoavelmente irrelevante para o propósito desta discussão, porque as questões interessam em si mesmas.

A primeira injunção de José Manuel Fernandes é esta: o tempo da contracultura acabou, e por isso as causas “fracturantes” do Bloco já não mobilizam. Assim sendo, o PS vai recuperar os votos perdidos e voltaremos ao *business as usual*.

A segunda questão de Fernandes é o contrário da primeira: o Bloco só poderia sobreviver se viesse a ser um partido igual ao PC no controlo de sindicatos e de movimentos sociais que lhe garantissem a fidelização de uma base social.

A terceira questão, de Pedro Lomba, resume as duas anteriores: o Bloco não teve maus resultados, mas se não cresce em cada eleição que disputa, não conseguiria alcançar o seu objectivo, que seria o de se tornar um parceiro governamental do PS.

Qualquer destas formulações mistura desejos com realidades, ou procura domesticar o sentido crítico e a força transformadora que o Bloco representa, condenando-o ao estatuto de parceiro anónimo e menor no sistema político de dominação. Em qualquer caso, responder em profundidade a estas questões é uma forma de sabermos para onde vamos e o que queremos.

Primeira questão: a contracultura acabou?

A primeira questão de José Manuel Fernandes nasce de uma irritação tantas vezes repetida, quer nos seus editoriais, quer em diversas análises de outros comentadores, em particular Pacheco Pereira, que insistem na denuncia da “conspiração esquerdista” que estaria por detrás da defesa anestesiante de “causas modernas”. Uma revista de direita, a *Sábado*, ao entrevistar candidatos do Bloco, costuma precedê-las de um editorial que apela aos leitores para “não votarem neles”, porque teme que não percebam o perigo. O antigo director do *Expresso*, José António Saraiva, escreveu vários editoriais a fulminar o Bloco, vacinando os seus leitores contra a ameaça. A irritação resume-se em poucas palavras: o Bloco teria crescido como fenómeno urbano alimentado pela moleza do PS guterrista e pelas novas ideias nascidas da cultura modernista associada à “liberalização dos costumes”. Assim, teria emergido por

fora do sistema político, nele se instalando abusivamente e sem permissão, o que não deixa de ser verdade.

Deduzir daqui que se trata de um fenómeno efémero é um pouco mais difícil.

Primeiro, porque o Bloco tem sete anos e foi no último que obteve os seus resultados eleitorais mais expressivos. Esse crescimento ocorreu em circunstâncias invariavelmente diferentes: quando Guterres governava, mas também quando esse governo entrou em colapso; quando a direita e a extrema-direita se coligaram no governo, mas também quando o PS conseguiu a maioria absoluta; e mesmo quando o PS se dividiu nas presidenciais, e do seu interior se apresentou um candidato capaz de polarizar muitos votos à sua esquerda. Este crescimento não foi efémero, mas contínuo. Em 7 anos – e independentemente das vicissitudes e particularidades de cada eleição – o espaço político do Bloco bem mais do que duplicou. Entre autárquicas, presidenciais e legislativas, ele traduz hoje a opinião de 4 a 6,5 por cento dos eleitores, sendo certo que o universo dos que já votaram Bloco pelo menos uma vez é seguramente bem maior do que as percentagens assinaladas. Estes factos, ocorridos num espaço de tempo muito curto, representam uma transformação profunda no mapa político português. Nada indica que essa mudança seja efémera, e muito menos pelos argumentos invocados. Com efeito, as pulsões de modernização cultural a que se refere Fernandes não estão a desaparecer – parece ocorrer precisamente o contrário, se atendermos ao crescimento de movimentos pela paridade entre homem e mulher, ao número de países que tem legalizado o casamento de homossexuais, à facilidade com que a sociedade portuguesa aceitou e promoveu a mudança de política sobre as drogas, e sobretudo à abertura crescente de sectores dos movimentos populares em relação a todas as lutas pela igualdade. É verdade que o Bloco é o principal responsável pelo facto da agenda política nacional, nos últimos anos, ter passado a incluir um conjunto de novas exigências civilizacionais. E é também um facto que esses temas, ante tabu, têm feito o seu caminho na sociedade. Porque eles respondem ao atraso e ao atavismo que continuam ainda a marcar a paisagem das ideias e práticas sociais no nosso país. Desse ponto de vista, o mérito do Bloco - na ausência de uma tradição associativa popularizada neste tipo de causas - foi o de procurar sintonizar novas opiniões públicas, neste país ainda tão conservador, com os sinais do tempo. É seguro que esta coragem contribuiu para a emergência do bloquismo, enquanto fenómeno político novo. Mas esta agenda, ao contrário do que pensam os nossos críticos, está longe de estar esgotada. O que mudou foi a capacidade que essas causas tiveram de contaminarem as opiniões e se popularizarem. O Bloco não “perde espaço” porque outros sejam hoje mais sensíveis a tal tipo de exigências. Pelo contrário.

Se formos mais exigentes sobre a ideologia que sustenta a “profecia” de Fernandes – o fim da contracultura que esvai o potencial de crescimento do Bloco – podemos verificar que há um intenso debate nas entranhas desta certeza.

O termo “contracultura” foi inventado nos Estados Unidos para designar a cultura *hippy* dos anos sessenta – o que parece ter pouca ligação com o nosso debate político. Mas, se estudarmos os pontos de vista dos neo-conservadores que agora suscitam a questão, então pode compreender-se que a contracultura, para estes autores, se tornou um conceito muito mais amplo e ameaçador. Ao usarem o termo, estão a falar de outra coisa que não a cultura *hippy*.

Os teóricos neo-conservadores radicalizaram-se nos EUA em resposta à contestação dos anos 60 e 70, alegando que os jovens estavam possessos de niilismo, que Nietzsche destruía os seus referenciais e que a civilização ocidental estava em perigo. Tudo corria mal: Darwin desconstruía a criação bíblica, Marx desconstruía a sociedade e Freud ainda por cima desconstruía o ego. Mas o que mais incomodava os neo-conservadores era a mobilização massiva de jovens contra a guerra do Vietname, e o

desenvolvimento de uma vida alternativa à existência burguesa, representada pela tradicional *american way of life*.

Um dos mais representativos neo-conservadores, Allan Bloom, escreveu em 1987 um best-seller, “The Closing of the American Mind” (traduzido em português como “A Cultura Inculta”, pela Europa-América, 2001) que defendia que a raiz desta contracultura era “o projecto político do Iluminismo que queria precisamente tornar a Bíblia e outros livros antigos, inofensivos” (p.319). O Renascimento, o racionalismo, o espírito científico moderno, a ideia da técnica, a criação do sentido crítico com as artes contemporâneas, todos partilhariam responsabilidades na emergência desta contracultura que queria minar a autoridade social das elites.

Para estes neo-conservadores, a contracultura tem portanto um sentido muito preciso: representa a Modernidade que ofende a Antiguidade. A Modernidade é para eles a contracultura que persegue os grandes livros sagrados da cultura eterna – e portanto religiosa – e que despreza as grandes cidades do conhecimento, Atenas e Jerusalém, berços da civilização ocidental.

Assim, a solução neo-conservadora é simples: regressar ao espírito dos “reis-filósofos” da Grécia, a “verdadeira comunidade” (p.325), que incorpora também o modelo de Esparta, que faz a guerra para decidir a paz, e que mantém a religião como cimento social. Curiosamente, muitos dos primeiros neo-conservadores, como o pai da corrente, Leo Strauss, nem sequer eram religiosos. Mas achavam que a religião devia ser promovida em nome da coesão social, e enquanto linguagem que as elites deviam dominar, para aquietar as massas. O Prémio Nobel da literatura Saul Bellow, que era amigo próximo de Bloom, retratou num romance, “Ravelstein”, a duplicidade entre a sua própria vida e este apego público aos grandes valores conservadores da família e da religião. Através desses valores, os neo-conservadores defendem o domínio da elite como fim em si mesmo e como destino para além de qualquer escolha democrática. Na melhor das hipóteses, a esta competiria confirmar e legitimar as elites.

João Carlos Espada, o nosso neo-conservador mais enfático, repete ritualmente esta vulgata nas suas crónicas no Expresso, quando levanta a voz contra os direitos civis dos homossexuais, a despenalização do aborto ou a ideia subversiva da paridade entre homens e mulheres. Espada explica interminavelmente como o ideal vitoriano de uma sociedade de *gentlemen* é o único modelo aceitável de partilha de responsabilidades. Deus, Pátria, Família e George W. Bush são por isso barreiras contra a “contracultura”, e essa guerra trava-se tanto nos jornais e televisões, como nas areias do Iraque. Do outro lado, as culturas modernistas assumiram por todas as formas o desafio de romper e superar a Antiguidade, de laicizar o Estado – a defesa da liberdade religiosa foi a primeira grande batalha moderna pela liberdade –, de sustentar a democracia como expressão de direitos inclusivos, e de promover a redistribuição como forma essencial de justiça.

Essa agenda moderna, mais vasta e global do que a estritamente associada à “liberalização dos costumes”, também está muito longe de esgotada. Desse ponto de vista, a profecia de José Manuel Fernandes é duplamente inconsistente: subestima a força da corrente de opiniões que rompe com o conservadorismo e que, por essa razão, também não se revê nas esquerdas mais tradicionalistas e institucionalistas; e decreta os finados de um processo de transformação cultural e social que ainda se encontra na sua fase de desenvolvimento e ampliação.

Fernandes ignora ainda um outro factor, mais importante, que é o modo como o Bloco vem definindo a sua própria identidade: a primeira campanha eleitoral não se dedicou apenas nem principalmente à problemática das toxicodependências, por importante que ela fosse e é. Essa campanha foi marcada por uma proposta concreta e detalhada de reforma fiscal. Do mesmo modo, a última foi atravessada por uma proposta estratégica

e concreta para a sustentabilidade da segurança social. O entendimento que o Bloco tem dos “temas fracturantes” é muito mais amplo do que os media definiram como tal. E assume para qualquer dessas rupturas uma ambição: a de que ganhem a maioria das opiniões e se traduzam em política.

Ao falar para a grande maioria da população, o Bloco constrói também um novo referencial de cultura de esquerda, que mobiliza tanto as causas do trabalho, como o conjunto dos referenciais da transformação social. Na realidade, o que é novo em Portugal é a afirmação de uma esquerda que considera que a luta emancipatória do Trabalho é inseparável de todos os outros referenciais de transformação e modernização. E que entre os diferentes conflitos que atravessam a sociedade não têm que se estabelecer hierarquias ou subordinações ao serviço de uma visão partidária, mas antes desenvolvimento combinado e articulação.

O Bloco nunca se prendeu nem prenderá a agendas isolacionistas, porque a abrangência é a que pode vencer o conservadorismo e o atraso do país. Essa agenda defende radicalmente o princípio da democracia responsável, das políticas sociais de desenvolvimento, do pleno emprego e a reinvenção do Estado social. Essa agenda modernista opõe-se também à guerra infinita e contribui para a mobilização do movimento social pela Paz, o facto mais marcante da renovação das esquerdas nos últimos anos. A própria ideia de socialismo é a mais moderna das noções da política, porque afirma uma visão do mundo onde a representação e a hierarquia são invadidas pela intervenção, decisão e controlo pelos produtores, pelos consumidores e pelos cidadãos. O socialismo quer radicalizar a democracia sobre todas as escolhas sociais fundamentais, ao mesmo tempo reclama a centralidade da responsabilidade individual nas opções privadas de vida. O socialismo é o exacto oposto do pensamento neo-conservador.

Se esta agenda se puder transformar numa cultura, então terá uma força intrínseca muito superior à actual, e é nessa referência que se cria a força e a fidelidade de um campo político. Para o desenvolvimento do Bloco, precisamos que esta agenda se transforme numa cultura.

Existe ainda uma outra razão para que esta agenda lute pela conquista da hegemonia nas esquerdas e dispute o país: é uma agenda que aprende porque é tributária do pensamento revolucionário europeu, mas por isso mesmo não pode ignorar outras reflexões e pensamento de esquerda a nível internacional, nem muito menos os efeitos que o processo de globalização introduz no espaço e no tempo, comprimindo uns e outros. Sabemos que a resposta à globalização capitalista não se encerra nos marcos do Estado-nação, mas reclama a luta eficaz por outra globalização; e sabemos que os problemas colocados pelos movimentos migratórios de massas impõem novas reflexões e respostas que dêem saídas positivas aos confrontos identitários que se desenvolvem no espaço como nos Media que tudo mundializam. Episódios recentes, como o dos acontecimentos dos bairros de Paris ou a guerra dos *cartoons*, colocam na ordem do dia a urgência dessa reflexão, e rejeitam um ponto de vista exclusivista e “ocidental” para pensar o mundo, como rejeitam categoricamente qualquer imperialismo cultural – é através das suas diferenças e diversidades bem como dos direitos fundamentais de toda a população que se pode alicerçar uma globalização solidária. Uma esquerda socialista que cresce nos confrontos com as novas realidades, é uma esquerda que se actualiza e interroga com o mundo inteiro. Só assim poderá vencer.

A nossa resposta é portanto oposta à profecia de José Manuel Fernandes: a cultura da modernidade contra o conservadorismo não está a morrer, está bem viva e é na sua expansão que se cria a base de ampliação social do Bloco para disputar a maioria política.

Segunda questão: cristalização ideológica auto-justificativa ou movimento aberto?

A segunda grande questão colocada por José Manuel Fernandes é a sua própria proposta de solução: o Bloco só pode viver e sobreviver se existir como o PCP, com uma hierarquia rígida de controlo de sindicatos e organizações sociais. Naturalmente, como só pode haver um PC, não há solução e o destino estaria traçado, para grande alívio dos conservadores.

Dentro desta ideia estão duas teses fortes. Primeira certeza conservadora: só há espaço para os partidos tradicionais, dois à esquerda e dois à direita, com um modelo de governação que torne razoavelmente indistintas as políticas dos partidos alternantes no governo, configurando um bloco central continuista por via da orientação de cada um desses partidos quando chega ao poder. Segunda certeza conservadora: o campo popular organizado será sempre muito minoritário e só pode ser representado de uma forma, pelo modelo de partido centralizado, ideologicamente uniformizado e que disciplina os movimentos sociais que dele dependem.

Nenhuma destas certezas é certa, e são pelo contrário erradas.

Em primeiro lugar, a ideia de que a política só tem espaço para o bloco central revelou-se inconsistente com as grandes flutuações eleitorais deste último ano. Pelo contrário, o desgaste do continuismo liberal, devido à crise social que provocou desde a recessão de 2003 que se prolonga até aos dias de hoje, tem vindo a aumentar e não a reduzir o espaço político para a esquerda alternativa. O PS está numa situação mais fragilizada e o seu governo mais vulnerabilizado agora do que no início do mandato. Durante todo o ano de 2006, o desemprego vai continuar a aumentar e as medidas do governo continuam a penalizar os funcionários públicos, a acentuar uma lógica de privatizações que alimentam o negociismo, e portanto a reforçar os elementos de confronto social. O Bloco tem mais espaço político no início de 2006 do que tinha no início de 2005. O Bloco cresceu e pode e deve continuar a crescer muito mais.

Mas é a segunda ideia que nos interpela mais directamente, porque se fosse certo que o movimento social organizado não se pode transformar, então a viabilidade de uma esquerda socialista popular estaria de facto posta em causa. Esta certeza de José Manuel Fernandes deve por isso ser discutida em detalhe.

Começamos pelos riscos actuais. O reforço da linha Jerónimo de Sousa dentro do PC, com as suas três vitórias eleitorais (7,6% nas legislativas, 10,5% nas autárquicas, 8,6% nas presidenciais), será apresentado como uma prova da utilidade da substituição da “linha de direita” de Carlos Carvalhas e do retorno à corrente histórica depois de um interregno de dez anos. Essa história, como é evidente, não pode ser assim resumida, dado que Carvalhas foi indicado por Álvaro Cunhal como seu sucessor, nunca tendo ousado ir muito longe em modificações da linha política – e ainda porque a história do PCP tem sido a de afastamentos de linhas de “direita” para depois os que os puseram de lado recuperarem as suas orientações. Em qualquer caso, esta mudança significa para já e provavelmente no essencial dos próximos três anos um partido que quer consolidar o domínio das organizações sociais, mesmo em prejuízo da sua representatividade.

A primeira vítima dessa orientação pode ser a CGTP, que corre novos riscos de fechamento com a substituição de Carvalho da Silva na sua coordenação. Ora, a CGTP tem tido um papel fundamental como a principal organização social na criação de mobilização política contra o governo e o seu recuo seria muito prejudicial à luta dos trabalhadores e uma vantagem inestimável para o governo do PS. Nesta fase da luta social, definida por mobilizações muito defensivas, os sindicatos perdem influência organizada mas são ainda uma referência e não se pode perder. Esta é uma questão

fundamental que a estratégia de controlo do PC agrava porque limita a representatividade dos sindicatos. E não pode haver uma leitura simplista das formas de luta, porque algumas estão subordinadas a esta lógica: no sindicato de professores, a lista que pretende subordinar o sindicato ao PC faz um discurso contra o “controlo partidário”; as posições mais ofensivas do PC nos sindicatos assumem por vezes a forma de propostas mais radicalizadas, como a da greve da administração pública de Dezembro, mas enfraquecem o movimento sempre que não têm o apoio suficiente porque se prestam a uma lógica demonstrativa segundo um calendário partidário. Essa tentativa de controlo aparelhístico está a destruir o esboço de Fórum Social Português e a oportunidade que representava de contacto aberto e horizontal entre movimentos sociais.

Neste contexto, a estratégia do PC é afirmar um partido sempre mais purificado ideologicamente, mais centralizado e com uma organização social estritamente subordinada. Essa estratégia tem uma contrapartida, que é a convicção de que este é o processo de acumulação de forças suficiente para vir a inclinar o PS a uma negociação e partilha de poder.

O Bloco escolheu desde o início um modelo contraditório com este, tanto pelo método quanto pelos pressupostos. Achamos inviável, inútil e pernicioso fazer a disputa do controlo das organizações sociais como forma de garantir a sua subordinação hierárquica a um partido ou a outro. Pelo contrário, a intervenção dos militantes bloquistas nos movimentos populares deve procurar desenvolver o quadro de abertura, de pluralidade e de democracia do movimento e aí afirmar alternativas políticas. Tanto nos sindicatos quanto nas Comissões de Trabalhadores, como noutros movimentos sociais, esse é o processo que desenvolvemos ou para o qual contribuímos. A legitimidade militante dos activistas do Bloco nas organizações sociais decorre da sua capacidade de promoção de alternativas de orientação como do seu respeito pela democracia e pluralidade orgânica desses movimentos.

De facto, temos razões muito fortes para entender que todas as organizações e movimentos sociais devem ser abertas e plurais: essa é a condição para o seu reconhecimento social e a sua capacidade de representação, sobretudo nos dias de hoje. Ao contrário das sociedades menos estratificadas do início do século XX, em que as organizações partidárias da social-democracia e depois dos partidos comunistas organizavam comunidades mais unificadas e com uma cultura comum de referência, as sociedades contemporâneas vivem uma multipolarização com maior dispersão de referenciais. Há um século, o proletariado industrial directamente produtivo era largamente maioritário entre os trabalhadores urbanos e a produção de mais-valia era praticamente confinada a essa classe no sentido estrito. Hoje, as funções produtivas são mais complexas e mais dispersas e o proletariado, englobando todos os trabalhadores que são explorados e não só os directamente produtivos, é um aglomerado mais vasto mas também mais desidentificado. Em Portugal, há menos de um milhão e meio de operárias e operários industriais – uma percentagem muito elevada na Europa – entre os cinco milhões e meio de trabalhadores. O reconhecimento desta diversidade deve fazer parte da identidade das organizações sociais, ou não serão capazes de representar o trabalho. A formação de uma esquerda política a partir das esquerdas sociais depende dessa estratégia.

Mas o que é verdade em termos sociais é-o também em termos políticos.

Até agora, conhecemos dois tipos de tradição política de partidos: as pequenas organizações de extrema-esquerda baseadas na propaganda, e os partidos menores ou maiores com raízes populares, como o PC.

Nenhuma destas tradições responde à situação actual. Pior: ambas são soluções comodistas e derrotadas. A escolha de uma pequena organização ideologicamente

unificada e purificada pode consolidar um referencial para efeitos internos, mas abdica desse modo de ganhar a experiência da disputa política e social porque não quer criar a capacidade de mobilizar e por isso não constitui uma direcção. Procura construir um mito, mas não uma corrente social. O MRPP e o POUS são os últimos exemplos desse caminho, à sua escala. E o PC, de outro modo, fica prisioneiro de um labirinto de auto-referências: o partido existe porque o partido existiu, tem uma ideologia mas ela é impronunciável porque além das ideias gerais deixou de se poder referenciar às sociedades-mãe, a URSS e a China, e sempre que fala do seu modelo é para desmentir a sua história óbvia de alinhamento com a política do Kremlin ao longo de dezenas de anos. A “ideologia” reduz-se ao silêncio sobre a sua própria história.

Mas a crítica essencial a fazer a estas duas escolhas é que são estratégias impotentes: nenhuma delas permite disputar ao PS a influência política sobre a maioria. Nenhuma destas tradições permite responder e mobilizar a estrutura social para criar uma maioria política. Sendo o nosso objectivo ganhar essa maioria, escolhemos outro caminho e tanto o movimento social quanto a forma política devem ser coerentes com essa visão estratégica.

Os movimentos sociais nascidos da luta contra a globalização foram um muito poderoso impulso na direcção desta nossa estratégia. Quando o Bloco se formou, em 1999, foi sob a égide da luta de Timor-leste e do que veio a ser o primeiro Forum Social Mundial. Em 2003, este movimento dos Foruns ganhou uma imensa autoridade política com a convocação da manifestação de 15 de Fevereiro, a primeira manifestação global por um objectivo unificado, a “superpotência” da opinião pública contra a guerra do Iraque. Este movimento dos movimentos ajudou-nos a definir uma visão para a esquerda moderna sobre a luta social, com a definição de agendas abertas a partir de objectivos de mobilização, sem hierarquias. Também nos confrontou muito depressa com alguns conflitos internos e alinhamentos dentro dos Foruns.

Podemos por isso concluir que a refutação do prognóstico de José Manuel Fernandes ainda não foi feita de modo categórico: ainda não existe um movimento social que, pela sua diversidade e representatividade, demonstre que os movimentos populares do século XXI só podem seguir caminhos de abertura e de não subordinação a um partido. Mas ficou claro, em contrapartida, que a estratégia de aferrolhamento do movimento popular num partido leva ao enfraquecimento: ao contrário do que sugerem os neo-conservadores, o que se passou nos últimos trinta anos foi a demonstração da incapacidade de vários partidos de esquerda de disputarem a liderança ao PS, permitindo a desmobilização, a divisão e o predomínio da social-democracia como referencial político para a maioria dos trabalhadores, mesmo que não tenha nenhum papel importante na sua organização.

Nesse sentido, a razão pela qual José Manuel Fernandes, como Pacheco Pereira, têm tanto empenho em defender o modelo PC é que acreditam que ao movimento popular não é possível mais do que uma atitude de resistência e de sobrevivência, e que nunca se pode tornar um actor político determinante. A política, assim, fica reservada para o PS e o PSD, o campo do poder, e o PC convoca uma memória que não é mais do que uma memória, para estes pensadores da direita.

Esta análise é o desafio mais importante que é feito ao Bloco, deste ponto de vista: é ou não possível criar uma política que, na esquerda, constitua uma alternativa ao PS e que, portanto, procure ganhar a maioria? É possível criar uma nova tradição no movimento popular que o transforme num decisor político, porque redefine radicalmente as condições da própria política? Responder a esta questão é discutir as bases de uma política socialista, que procura alicerçar o poder dos trabalhadores na extensão e desenvolvimento da democracia contra os poderes económicos e sociais – e que portanto procura destruir as restrições à intervenção política da maioria.

A nossa resposta é, por isso, que o campo de crescimento do Bloco é muito grande precisamente porque quer representar a maioria.

Mas deve ainda ser acrescentado que existe outro elemento que os conservadores procuram ignorar, que é a crise do sistema político, da representação partidária e parlamentar, em particular com a desadequação dos grandes partidos que constituem coligações inter-tribais para a partilha do poder, formando alianças de potentados e caciques para distribuir os cargos governamentais. Esse sistema tem pouco futuro e pode sofrer um novo golpe de credibilidade se vier a predominar a instituição dos círculos uninominais.

A votação em Manuel Alegre, que junta muitas formas de descontentamento, é um indicador desta tensão, mesmo que não prefigure nenhum movimento organizado e estável. Recorde-se que Otelo obteve 17% na base de um poderoso movimento com raízes populares, e que mesmo assim perdeu pouco, que Basílio Horta, com 14%, anunciou um movimento que se esfumou antes de existir, que Freitas do Amaral, com 49%, proclamou também uma fundação para protagonizar uma intervenção política, e que nada disso durou ou sequer começou.

Estes episódios revelam uma contradição: para uma parte muito importante da população, a política é a representação eleitoral e nada mais, mas o sistema de partidos é igualmente visto com desconfiança. Essa desconfiança, salvo demagogia populista, é alimentada pelas formas de exclusão que os partidos tradicionalmente geraram e pelo fechamento da política que representam.

Em resposta a esta tensão, o Bloco procurou desde sempre afirmar a viabilidade de uma esquerda moderna como um espaço de crítica da própria política institucional – e assim deve continuar a fazer. Não, o nosso modelo não é o dos partidos social-democratas do século XIX nem o dos partidos comunistas do século XX. O nosso modelo é o de um movimento político que seja referência nos debates nacionais e internacionais, que seja definido por uma agenda de ruptura com a política tradicional, que mobilize a convergência da esquerda social e política, e que por isso mantenha as formas de movimento aberto e plural.

Esse é o modelo que permite disputar tanto a liderança ao PS como criar novos espaços de contestação social – e as duas tarefas são completamente interdependentes.

Por isso, o Bloco define-se por uma nova forma de delimitação ideológica que é a agenda de rupturas com o situacionismo social. Essa agenda é a sua política socialista, e isso inclui necessariamente as diversidades que se reconhecem nessa forma de agir e nesses objectivos estratégicos. O Bloco incorpora por isso marxistas como outras formas de pensamento de esquerda, vinculados a esse projecto socialista.

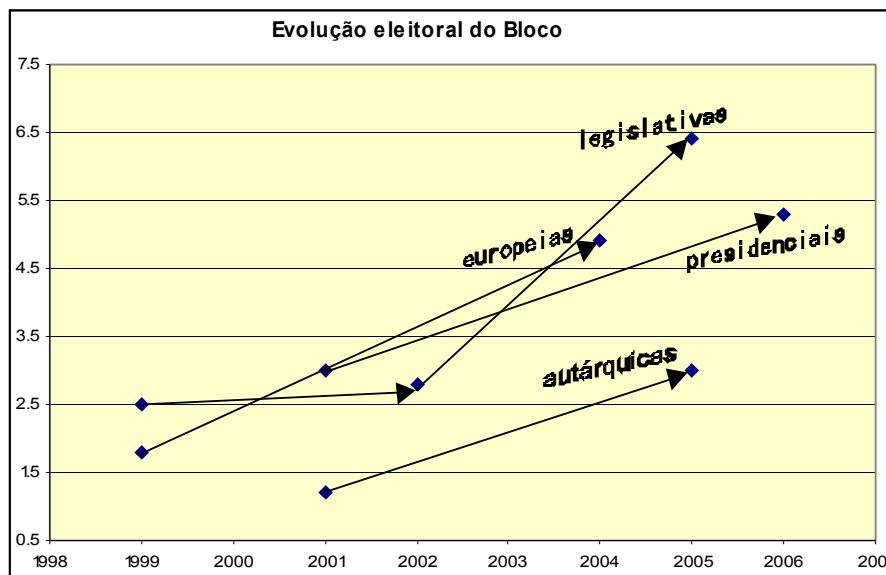
Terceira questão: a parábola da bicicleta

A terceira questão, colocada por Pedro Lomba, pode resumir-se à parábola da bicicleta: tudo o que não avança, cai; se o Bloco não crescer sempre, recuará, e por isso mesmo um bom resultado eleitoral, se não for uma subida permanente, será mau porque não ajuda o desígnio de chegar ao poder em coligação com o PS.

O Bloco de Esquerda participou em dez eleições em menos de sete anos, três no último ano. No conjunto destas eleições, reforçou qualitativamente a sua influência: nas primeiras em que participou obteve 1,8%, o que era menos do que a soma de algumas das suas componentes em algumas eleições anteriores; nas eleições de 2005-6 obteve resultados entre os 6,5% (legislativas), 4 a 5% (autárquicas, considerando o universo em que concorreu o Bloco) e 5,3% (presidenciais). Esses resultados exprimem alguma consolidação e sobretudo um grande alargamento da influência do Bloco ao longo de

poucos anos. Não existe nenhum outro movimento político duradouro que tenha tido tal capacidade de se afirmar alterando radicalmente o quadro político e construindo assim a sua influência.

[O quadro seguinte resume esta evolução, comparando as eleições segundo o



seu tipo:

N: os resultados das autárquicas projectam sobre o todo nacional os votos obtidos com as candidaturas apresentadas]

Naturalmente, este processo tem oscilações. Impor a um partido o critério de medir a sua validade pelo avanço permanente é uma forma infantil de ignorar a dimensão conflitiva da luta política, as mudanças de conjuntura, a possibilidade de erros e, sobretudo, as dinâmicas de mudança que a política pode gerar. Se assim fosse, qualquer dos partidos actuais já teria encerrado, a começar por muitos deles nas recentes eleições presidenciais, como seria então o caso do PS, cujo candidato oficial teve 14%. O PC já teve 45 deputados e agora tem 12 e não desaparece por isso. Todos os partidos podem sofrer derrotas – e o Bloco sofrerá derrotas importantes – e não é isso que determina a sua viabilidade.

Mas isso é ainda o que menos interessa na análise dos resultados das presidenciais por parte deste ideólogo da direita, Pedro Lomba. As suas teses mais substantivas são que o Bloco está aprisionado nos 5%, e que assim não consegue forçar um acordo com o PS para uma coligação de governo.

A primeira tese não tem sentido. Não existe nenhum tecto para limitar o crescimento possível da influência eleitoral do Bloco. A experiência anterior demonstra categoricamente que, apesar de não constituir ainda uma ampla corrente social estruturada, o Bloco é uma referência política que tem determinado mudanças na opinião pública e mesmo novas leis que afectam muitas pessoas (violência doméstica, política de toxicodependência, e outras depois atraindo o PS, como a reforma fiscal ou a restrição aos contratos a prazo). Como se disse atrás, o seu espaço político é hoje maior graças a este percurso, como em função da crise social que se vive agora, e que exige novas alternativas à política liberal. Muitos dos eleitores e das eleitoras que votaram em Manuel Alegre por razões de esquerda estão mais distantes do PS do que do Bloco e rejeitam as políticas de Sócrates. Durante os próximos três anos, a disputa

da confiança dessas pessoas será um factor importante para determinar as próximas eleições.

Mas é a segunda tese que tem ainda mais significado. O Bloco quer crescer em influência social, em capacidade militante, em peso eleitoral, porque quer constituir essa alternativa necessária para a esquerda, e não porque pretenda criar uma coligação de governo com o PS. Se há algo que todas as experiências de governo recentes demonstram, é que a continuidade das políticas liberais destrói a solidariedade social e que uma alternativa de esquerda requer uma nova maioria para uma política socialista. A nossa crítica ao capitalismo não é um acessório do enunciado socialista: é a sua essência. O capitalismo gera a exclusão da democracia económica e social e constitui um sistema de poder. Só modificando as condições da política por via da intervenção activa da grande maioria dos trabalhadores e cidadãos é que esse sistema de poder pode ser desafiado e substituído. A questão do poder e da propriedade como democracia e não como exclusão, do acesso igualitário às condições modernas de vida e da redistribuição social do produto, são as questões centrais para o socialismo. O crescimento do Bloco depende sempre da sua capacidade de mobilizar lutas sociais para disputar essa maioria. Com essa orientação, o Bloco pode e deve crescer para além dos 5% que eventualmente influencia hoje e, sobretudo, pode afirmar-se ainda mais como a alternativa à esquerda.

Conclusão: o rumo estratégico do Bloco

A partir dos três desafios colocados pelos nossos opositores, este relatório discutiu algumas das questões que se nos colocam nos próximos anos: será que o Bloco atingiu o seu limite de crescimento eleitoral? Será que precisa de repetir a estratégia do PC para o controlo das organizações sociais? Será que a cultura de crítica anti-capitalista está em perda? Respondemos que não a estas três questões.

Perguntando de outra forma: existe espaço para o Bloco? O Bloco pode crescer e deve crescer para quê? Respondemos simplesmente com a nossa estratégia política: o Bloco pode crescer e crescerá como uma força anti-capitalista, socialista e popular para determinar a política do país.

O Bloco não pode para isso repetir a estratégia do PC porque significaria derrota, e alimenta o seu crescimento na disputa da influência da maioria contra a política do PS, com a coerência de uma política anti-capitalista.

E concluímos que a chave da política para o crescimento do Bloco é uma intervenção social organizada que desenvolve movimentos e temas de ruptura, reforçando as suas características de movimento aberto para protagonizar uma política socialista.

O Bloco tem uma agenda clara: mais implantação e organização popular com uma política clara de mobilização de todos os temas que constituem a sua referência social, procurar novos espaços de acção política, criar mobilização que não nasce da decepção mas da energia nova, agregar diversidades comprometidas com a política socialista, combater a institucionalização promovendo modelos de acção inovadores e inventivos, não esperando pelos partidos tradicionais e gerando energias transformadoras à esquerda.

**Um Rumo Estratégico Alternativo:
para um Bloco de Esquerda democrático, socialista e ancorado nas lutas
sociais**

Gil Garcia (BE/Amadora)
Cristina Portella (BE/Lisboa)
António Grosso (BE/Oeiras)
Ana Flor Neves (BE/Coimbra)
Eduardo Henriques (BE/Almada)

INTRODUÇÃO

Com as eleições presidenciais do passado mês de Janeiro, fechou-se um ciclo de repetidas eleições que tinha vindo a marcar estes primeiros anos do Bloco de Esquerda desde a sua fundação. Em sete anos, o BE participou em dez eleições. Abre-se agora um período em que, tanto quanto previsto, não haverá eleições nos próximos três anos. A discussão do que é o BE e que rumo estratégico deve seguir é, por isso, hoje mais do que nunca uma discussão premente no seio do partido/movimento. No entanto, parece-nos que o texto de debate apresentado pela Comissão Política do BE para discussão na base, e a ser aceite ou rejeitado na próxima Mesa Nacional, não cumpre totalmente a tarefa a que se propõe. Isto porque o texto centra-se mais na resposta aos ataques que a imprensa faz ao BE do que na análise da situação política a que urge darmos resposta, bem como sobre o quadro mais vasto – estratégico – em que se insere o Bloco de Esquerda.

Podemos dizer que o texto é bastante superficial naquilo que deveria ser o centro da sua análise: a reflexão sobre a identidade e as escolhas estratégicas para o BE nos próximos anos. Apesar disto, deixa no ar algumas das ideias centrais que nos parece ser necessário discutir e pôr em causa, porque promovem um projecto e uma política ao nosso ver incorrectas.

E avançamos desde já uma síntese do que pensamos e que iremos desenvolver com um pouco mais de detalhe mais adiante: queremos um BE de massas e com forte apoio eleitoral, mas enraizado na classe trabalhadora, cheio de militantes conscientes de que um apoio eleitoral é totalmente insuficiente (e na verdade ineficaz) para a construção do socialismo que queremos. Queremos, portanto, um BE que não seja uma cópia do PCP, mas que também não seja uma fotocópia de um PS ou de partidos “modernamente” social-democratas.

Se não revertermos o curso do actual Bloco, teremos um BE cada vez mais eleitoralista, ausente de forma organizada e significativa do lugar onde tudo se decide a favor ou contra o capitalismo, a favor ou contra uma nova sociedade socialista, isto é, das lutas de massas.

Assim, é com o objectivo de questionar as ideias centrais expostas no texto “O Rumo Estratégico do Bloco” e de propor um rumo estratégico alternativo para um Bloco, democrático e militante, que se ancore nas lutas sociais e que venha a abrir portas para uma verdadeira construção do socialismo, que aqui apresentamos este texto. O texto estrutura-se em dois eixos/discussões centrais: por um lado, qual o rumo estratégico e com que política procurará o BE consolidar e alargar o espaço político conquistado; e,

por outro, que modelo de partido reivindicamos. Procurámos, desta forma, responder às perguntas de para onde vamos e o que queremos, questões correctas e oportunas proporcionadas pelo documento apresentado pela direcção do BE.

QUE RUMO ESTRATÉGICO E QUAL A POLÍTICA PARA O BLOCO?

Dentro da situação política nacional e internacional, que rumo estratégico deve o BE seguir, que disputas deve travar, como se deve construir? Aqui deixamos aquelas que são as linhas que consideramos centrais para uma estratégia anti-capitalista e combativa para um BE, socialista, democrático, militante e ancorado nas lutas sociais.

1. UM BE CONTRA O GOVERNO SÓCRATES

Vivemos hoje sob um governo de maioria absoluta do PS que, seguindo as directrizes europeias, governa para continuar a destruir o que resta dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores. No fundo, para servir aos que mais têm e para aprofundar a pobreza e a precariedade da maioria da população.

Por isso, queremos um BE, em primeiro lugar, na primeira linha de combate ao governo Sócrates e que se empenhe nas diversas lutas que se desenvolvem ou venham a desenvolver-se nesse sentido.

Achamos que o BE tem rebaixado ou abandonado algumas reivindicações fundamentais (a semana das 35 horas para combater o desemprego, por exemplo) com o objectivo de fazer aproximações ao PS, e se inibe em dar um combate frontal ao seu governo, optando por batalhas laterais e superficiais, que não chamam “os bois pelos nomes”. Veja-se, por exemplo, que tendo como centro da campanha eleitoral (nas presidenciais) os temas dedicados à pobreza, ao desemprego e à segurança social, as respostas políticas e programáticas não foram interligadas a um combate frontal ao governo realmente existente no país (no caso presente ao governo de José Sócrates), o que lhes retirou grande parte da sua força, visto ambos aspectos serem inseparáveis.

Isto porque tal orientação traria como consequência colateral um combate em alternativa a Cavaco e a Soares, quando a orientação política central defendida pela direcção do BE passava por centrar a campanha apenas contra o primeiro, até porque combater Soares em pé de igualdade com Cavaco converteria o Bloco numa alternativa anti-regime, o que pelos vistos não é a estratégia eleita.

Assim, achamos que o BE deve, em primeiríssimo lugar, lutar pelo encurtamento do tempo de vida do governo, logo que a luta de massas e de rua ou divisões no grupo parlamentar do PS o venha a permitir.

Nesse sentido, o BE deve igualmente exigir a Manuel Alegre – pela responsabilidade conferida pela confiança nele depositada por mais de um milhão de eleitores – que rompa com o grupo parlamentar do PS ou com o apoio à maioria que no parlamento mantém em funções (e sustenta) um governo que a grande maioria da população já não suporta, como as eleições presidenciais bem mostraram. Aceitar como um destino natural mais de 3 anos de governo Sócrates sem esgotar todas as possibilidades (de contestação de rua e parlamentares) de impedir que cumpra o que nem Guterres nem Durão Barroso conseguiram (cumprir uma legislatura completa), é da mais elementar necessidade perante à

gravidade da ofensiva do actual governo sobre o nível de vida, o emprego e as conquistas de milhões de trabalhadores em Portugal, já a viver pessimamente.

2. UM BE QUE DISPUTE O APOIO NÃO SÓ ELEITORAL MAS TAMBÉM SOCIAL DA MAIORIA DA CLASSE TRABALHADORA

Queremos um BE que dispute e ganhe influência e apoio na maioria do país, em particular o apoio da maioria da classe trabalhadora, condição sem a qual qualquer construção do socialismo não passa de pura miragem ou de retórica para dias de festa. Para a conquista (e consolidação) desta influência de massas num primeiro momento, e da confiança da maioria da classe trabalhadora num segundo momento,

é central que o Bloco de Esquerda tenha como estratégico não se resumir a umas poucas centenas de militantes, cuja energia e empenho são normalmente focalizados unicamente para a realização de campanhas eleitorais e largados às dificuldades acrescidas nos períodos fora desses contextos.

Nesse sentido, não queremos um BE apenas com actividades residuais neste ou naquele sector sócio-profissional, cuja intervenção deriva muito mais dos trabalhos herdados das diversas sensibilidades que compõem o BE do que de uma política deliberada de abrir novas frentes, uma hipótese perfeitamente viável tendo em vista o actual prestígio do BE junto à classe trabalhadora.

Achamos, por isso, que devemos disputar a base do movimento sindical com o PCP, visto que o consideramos um travão e não uma alavanca para as lutas dos trabalhadores, como a mais recente luta da função pública o demonstra. Não concordamos com caracterização que o texto “*O Rumo Estratégico do Bloco*” faz do PCP.

Nós afirmamos que o PCP, ainda que obviamente tenha apoio operário e popular muito alargado, é na realidade o partido da aristocracia e da burocracia sindical, o partido que desmobiliza e trai constantemente as lutas operárias e sindicais. A CGTP é a sua correia de transmissão, dinamizando lutas controladas e desunidas, de forma a morrerem lentamente, sem nunca permitirem a abertura de períodos de verdadeira convulsão social.

O PCP, ainda que dinamize algumas lutas através da central sindical que dirige, (lutas estas controladas e rigorosamente mantidas em conflitos de baixa intensidade), é essencialmente um travão às lutas da classe trabalhadora e assim deve ser criticado pela alternativa de esquerda que o BE já hoje representa para milhares de trabalhadores, entre os quais se incluem milhares de eleitores da área de influência do PCP/CDU.

O documento da Comissão Política, aliás, faz supor que “a primeira vítima” das orientações do PCP seria a CGTP, “que corre novos riscos de fechamento com a substituição de Carvalho da Silva”.¹ As primeiras vítimas da política do PCP são os trabalhadores, que com lutas divididas e derrotadas perdem os seus empregos ou perdem direitos adquiridos, conseguindo o PCP, no entanto, parecer que é o seu mais fervoroso defensor. O documento, por outro lado, dá-nos a entender essa coisa

¹ ‘*O Rumo Estratégico do Bloco*’, página 4: “Ora a CGTP tem tido um papel fundamental como a principal organização social na criação de mobilização política contra o governo”.

fantástica que é a leitura de eventuais diferenças (táticas) que possam existir entre o PCP e a CGTP nos colocar no mesmo campo da CGTP e de Carvalho da Silva. Talvez por isso nunca ouvimos por parte da direcção do Bloco uma crítica pública às formas de luta e à metodologia com que a direcção da CGTP conduz diversos processos de luta (conduzidos invariavelmente à derrota).

Como todos sabemos, não existe uma CGTP aberta, plural e combativa como o Bloco descreve. Basta ver o que a direcção da central fez à “representação” de activistas próximos à sensibilidade bloquista nas estruturas directivas da CGTP, reduzindo-os à ínfima espécie. Basta ver os estatutos da grande maioria dos sindicatos, que por serem tão burocráticos só permitem listas únicas e “unitárias”. Na verdade, não questionamos a importância de aprofundar as divisões dentro do PCP e/ou da CGTP de forma a abrir um maior diálogo com sectores da base destas organizações. Mas a estratégia implícita da análise e caracterização que se extrai do documento que temos vindo a criticar é a promoção de um diálogo privilegiado com os sectores (potencialmente) mais social-democratas do próprio PCP e ou da CGTP. Aprofundar a prazo as nossas alianças com sectores que, na verdade, rompem mais pela direita do que pela esquerda do PCP será aprofundar a prazo a consolidação dos traços mais institucionais ou de “normalização” do próprio Bloco.

O rumo estratégico (alternativo) para nós, face a estas circunstâncias, reside na inserção dos militantes e activistas do Bloco no mundo sindical e das lutas dos trabalhadores, na disputa pela liderança (sem espírito ou práticas à PCP, sem pretensões de “controleirismos” de espécie alguma) das comissões de trabalhadores e dos sindicatos, para transformarmo-nos nos principais aliados do mundo do trabalho na luta contra o capital.

O BE que queremos é um BE que mudou o mapa político do país e que pode e deve mudar o mapa político do movimento sindical, lutando e empenhando-se em retirar a alavanca da direcção do movimento sindical das mãos autoritárias e anti-democráticas do PCP, que anestesiam e destroem a classe trabalhadora organizada e as suas lutas: o PCP não é igual à classe trabalhadora organizada, mas sim à aristocracia e à burocracia organizadas para destruir as lutas da classe.

Não queremos, por isso, um BE que tenha, como hoje, o seu centro nevrálgico no parlamento, dedicando todos os seus principais dirigentes e quadros adstritos à actividade pública, parlamentar ou eleitoral. É nesse sentido que lutamos dentro do BE para que este não tenha, tal como parece manter o texto que aqui criticamos, a larga maioria dos seus funcionários desligados do apoio (e dinamização) às regiões, do apoio (e construção) de núcleos nos próximos três anos, achando que devíamos apostar nas principais empresas do país ou em sectores estratégicos como o Metro, a Carris, a CP, a Função Pública, os trabalhadores bancários e tantos outros sectores sócio-profissionais que estão a ser atacados e que, no seu dia-a-dia, tanta falta sentem de alternativas combativas.

3. UM BE COM AGENDAS ABRANGENTES, MAS COMBATIVAS

É neste sentido que estamos de acordo com agendas e campanhas políticas muito abrangentes, que se podem concentrar numa campanha contra a guerra do

Iraque ou numa grande mobilização de militantes para apoiar uma greve ou manifestação da Função Pública.

Uma agenda tão larga que defenda sempre na sua propaganda as causas democráticas ou, como o Bloco as classifica, de direitos civis, como a legalização do aborto, os temas relacionados com a legalização das drogas, o fim da violência e discriminação sobre a comunidade LGBT e outras. E que promova e/ou participe, sempre que a situação política as coloquem na ordem do dia, de campanhas para reivindicar o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo ou o apuramento e punição dos que violentaram e mataram a Gisberta recentemente no Porto.

Como noutros campos, também aqui defendemos uma política combativa, que alavanque as lutas e contribua para fazer cair um governo que governa à direita e para a direita.

4. UM BE VERDADEIRAMENTE ANTI-CAPITALISTA

Assim, somos contra as resposta políticas que são balizadas pela manutenção do regime democrático-burguês, de que o rebaixamento do programa do BE para tentativas de aproximação ao PS é apenas um exemplo. “A nossa crítica ao capitalismo não é um acessório do enunciado socialista: é a sua essência” (pág.7 do “O Rumo Estratégico do Bloco”). Não é verdade. A nossa crítica ao capitalismo nunca aparece, a palavra capitalismo sequer aparece em discursos ou textos do Bloco para já não falar de socialismo, excepto uma ou outra ocasião. O mais grave, porém, nem sequer é o abandono de uma linguagem anti-sistémica, mas a secundarização de respostas programáticas sempre que a conjuntura as coloca na ordem do dia: como a nacionalização de empresas que fraudulentamente são fechadas ou deslocadas mesmo apresentando lucros; ou a redução do horário de trabalho para as 35 horas para combater o desemprego; ou a defesa da conquista mais avançada de sectores da classe trabalhadora (a reforma ao fim de 35 anos de trabalho em vez da uniformização em torno de 40 anos de trabalho para todos, como se defendeu na campanha presidencial). Em contrapartida, já vimos o BE falar da necessidade de “sacrifícios”, formulação infeliz ainda que (sintomática e) conscientemente utilizada mais do que uma vez, mas felizmente abandonada, assim o esperamos.

O BE também deixou de falar em revolução social, prescindindo mesmo de utilizar, por exemplo, uma metáfora pedagógica, como a da necessidade de um novo 25 de Abril, indispensável para a conquista de modificações sociais profundas. Nesse sentido, fala-se em socialismo como apenas uma “ideia” e, no máximo, como uma “radicalização” da democracia” (pág. 3), expressões que são uma perversão do que é o socialismo e uma revisão teórica reformista não assumida.

Desta forma, o Bloco é a favor de muitas “rupturas” e teses “fracturantes” desde que não sejam rupturas com o regime, mostrando que alimenta ilusões em transformações (e refundações) democráticas e sociais (na Europa e em Portugal), sem o recurso à revolução social, mas sim no marco da conquista de uma maioria social que a partir do governo construiria o socialismo.

Somos contra a institucionalização do BE dentro do regime democrático-burguês e achamos que para merecermos o nome de anti-capitalistas e socialistas temos

de ter um programa que se proponha a romper com o capitalismo. Não é preciso adoptar nenhum modelo de partido revolucionário, nem perfilhar qualquer tipo de modelo ou estratégia bolchevique para saber que é indispensável a uma força que se diz anti-capitalista e pró-socialista ter a grande maioria das suas forças organizadas no centro na classe trabalhadora.

O BE só beneficiará da sua ligação à base maioritária do país, a receber os *inputs* que vêm dos que mais sofrem com o desemprego e a degradação do sistema capitalista. Se não for assim, como chegaremos à maioria social que o BE quer conquistar? Ou será que só queremos conquistar os votos dessa maioria social? É importante continuar a crescer também eleitoralmente, mas esse não pode ser o nosso objectivo primordial a que tudo se subordina.

E porque é que é tão essencial essa ligação às lutas sociais, à base dessa maioria social, poder-se-á perguntar. Para que não nos aconteça o mesmo que aconteceu a todas as formações que deixaram de estar firmemente implantadas e ligadas às lutas e anseios dos seus partidários e eleitores: a degeneração. Não existem garantias de impermeabilidade de nenhum partido ao acomodamento eleitoral e parlamentar, mas devemos vitaminar o nosso movimento para, pelo menos, lhe dificultarmos o caminho. Um partido cingido à luta eleitoral e parlamentar será uma força política impotente para não só garantir consolidadamente essa importante presença na Assembleia da República como para ser o referencial destacado do mundo do trabalho para as transformações sociais socialistas que dizemos defender.

Por isso, é preciso dizer que não queremos um BE institucional, queremos um BE democrático e militante em ruptura com o capitalismo! Queremos um BE que não se proponha a construir o socialismo por via parlamentar – porque a história já mostrou bem que isso não é possível – mas que construa o socialismo diariamente nas lutas sociais, que devem ser hoje e sempre a alavanca da nossa política!

BE: QUE MODELO DE PARTIDO?

Acerca da discussão em redor de que modelo rejeitamos ou queremos para o Bloco o texto da Comissão Política afirma peremptoriamente: “Não, o nosso modelo não é o dos partidos social-democratas do século XIX nem o dos partidos comunistas do século XX. (...) Por isso, o Bloco define-se por uma nova forma de delimitação ideológica que é a agenda de rupturas com o situacionismo social. Essa agenda é a sua política socialista, e isso inclui necessariamente as diversidades que se reconhecem nessa forma de agir e nesses objectivos estratégicos” (pág. 6). Apesar desta afirmação, a orientação global implícita não aponta política nenhuma para mudar ou rectificar o curso essencialmente eleitoral que caracterizou o BE nestes seus primeiros seis anos. Na verdade, o modelo de partido que se propõe para o BE, ainda que pontualmente se afirme o contrário, é a continuação de um partido essencialmente eleitoral e parlamentar, sem base militante significativa, tal como tem acontecido até agora. No marco desse modelo, o BE continuaria sem ter trabalhos estruturais significativos (porque não se aponta nenhuma orientação neste sentido) em sectores sócio-profissionais, ligados ao mundo do trabalho, e não apresentaria qualquer aposta ou apoio significativo às regiões afastadas do centro. Assim, as forças militantes do BE continuariam a estar direccionadas para a realização de campanhas eleitorais e trabalho parlamentar (onde se concentra mais de 2/3 dos funcionários do BE, a maior parte deles ligados ao trabalho de assessoria e/ou parlamentar), e o partido continuaria

a ser construído sem uma política para disputar de forma organizada e consciente a liderança no movimento sindical, de forma a dotar os sindicatos (e as comissões trabalhadores) de novas direcções combativas e a desafiar na base do movimento a influência do PCP na sociedade e, em particular, na classe trabalhadora.

Assim sendo, ainda que se afirme que não se quer para o Bloco o modelo de partido social-democrata, na prática são as características deste tipo de partido, ainda que adaptadas aos “tempos modernos”, que predominam efectivamente no que é e no que se pretende que continue a ser o actual Bloco de Esquerda.

Como se enquadra este modelo de partido que é proposto para o BE na discussão sobre os modelos de partido historicamente existentes? Vale aqui a pena voltar a analisar alguns pontos que nos parecem chave e debater algumas das ideias propostas pelo texto no que toca à questão mais teórica.

Afirma-se, no texto, que a esquerda se divide há mais de um século entre dois modelos: o modelo de partido social-democrata (século XIX) e o modelo de partido dos Partidos Comunistas (século XX), deixando entender-se que dentro deste último modelo se incluiria tanto o próprio PCP como os pequenos partidos de extrema-esquerda baseados na propaganda. O Bloco seria, assim, um “modelo novo” do século XXI, que surgiria em oposição à “defesa de modelos esquerdistas ultrapassados” (Visão, 15/02/06). Esta visão é bastante grave do ponto de vista intelectual e teórico, visto que difunde dentro do BE, e para o exterior, aquela que é a leitura da burguesia sobre a história da esquerda que combate o capitalismo, pelo que só o podemos considerar como uma falsificação grosseira da história, em favor do sistema que combatemos e da classe que o representa.

Os dois grandes modelos de partidos à esquerda, que se confrontam desde os finais do século XIX e que persistem até hoje, são: o modelo social-democrata e o modelo de partido revolucionário (do bolchevismo).

O modelo social-democrata assenta na premissa básica de que não é preciso acabar com o capitalismo, mas apenas reformá-lo por dentro, conquistando uma maioria de deputados e o governo. Este modelo de partido é essencialmente eleitoral, um aparelho para o jogo de alternância no poder, típico de regimes democrático-burgueses (uma das formas de dominação da burguesia para manter o capitalismo a funcionar criando a ilusão de que o povo é que decide do seu futuro). É um partido mais focado na sua projecção para a televisão e para os meios de comunicação, que funciona centrado em campanhas eleitorais e tem uma fraca implantação militante, por vezes até uma fraca implantação sindical. Este modelo foi já testado sistemática e repetidamente ao longo de todo o século XX, com diversos governos como os de Léon Blum e de Miterrand em França (respectivamente nas décadas de 30 e 80), os de Mário Soares e Salvador Allende, em Portugal e no Chile (na década de 70) respectivamente, ou, um exemplo mais actual, o governo de Lula no Brasil, com os resultados que se conhecem: mais capitalismo e menos socialismo. A história mostra, assim, que as tentativas destes governos de governar o capitalismo com reformas só os levou a aprofundar as políticas que supostamente combatiam e não acabar com a raiz dos problemas – o sistema capitalista.

O outro modelo, cronologicamente mais recente (ou moderno se quisermos), que surge em ruptura com o próprio modelo social-democrata, é o modelo do partido

que dirigiu com êxito a primeira revolução socialista (em 1917, na Rússia), o grande acontecimento do século XX: o do partido bolchevique. Um modelo centrado estruturalmente sobre o mundo do trabalho, mas cuja luta se baseia num programa que abrange as reivindicações da grande maioria da população. Este tipo de partido combinava a luta de massas com a actividade parlamentar, sendo a primeira estratégica e a segunda complementar, visto que utilizava a ligação de uma força revolucionária às massas como meio de acelerar – e potenciar – a sua experiência com as instituições do poder burguês; o parlamentarismo era, assim, não um fim em si, mas um meio para denunciar esse mesmo parlamentarismo e ampliar as possibilidades de audição e crescimento de uma corrente revolucionária de massas. Ao contrário do que se diz, este era um partido centralizado para a acção revolucionária, mas também de grande democracia interna, que sempre conviveu com inúmeras diferenças e batalhas internas sem qualquer tipo de expulsões, tendo mesmo chegado a formar governo com outros partidos aliados na revolução social (1917/18), muito distante dos regimes de partido único e ditatoriais consolidados após Stalin assumir a direcção deste partido.

Estes dois modelos persistem até hoje (como modelos antagónicos e alternativos) e continuarão a persistir pelo tempo que a realidade de onde emergiram continuar a existir. Na verdade, estes dois modelos de partido emergem de uma realidade histórica, económica, social e política dada pelo capitalismo que, apesar de todas as modificações, alterações e mutações que não negamos que entretanto se realizaram, mantém as suas características estruturais e dominantes, que, infelizmente, ainda estão hoje longe de estarem superadas.

Lamentavelmente, a direcção do BE realiza, na sua análise, uma amálgama política entre a tese e a sua antítese, ou seja, entre os partidos de tipo bolchevique com os partidos comunistas (na verdade estalinistas). De facto, aquele modelo que identificamos hoje como o modelo de partido comunista é uma perversão do partido revolucionário, do partido bolchevique. Os PCs são o produto de um processo de burocratização e degenerescência da União Soviética, não sendo mais instrumentos de luta pela transformação revolucionária da sociedade, mas a sua antítese: foram no passado e são hoje travões ao desenvolvimento de lutas combativas que possam desferir golpes mortais no capitalismo. Nesse sentido, a direcção do BE capitula (conscientemente) à reacção teórica e falsificadora da história que apresenta o estalinismo como continuidade e não como perversão (e conspurcação) do modelo de partido revolucionário.

Não se lhes pede que se mantenham (ou se convertam, no caso de terem abandonado) nos marcos da construção de um modelo tipo partido bolchevique.

Diga-se desde já, que somos da opinião que foi um acerto construir o Bloco como uma proposta política fora dos marcos (de forma clara) acima recenseados. Para se construir uma nova plataforma de unidade à esquerda, e após os traumas herdados pelas disputas constantes entre as diversas sensibilidades nos últimos 30 anos de pós 25 de Abril, a orientação de construir um BE como o que conhecemos foi uma orientação acertada depois de tantos anos divididos e, em parte, improdutivos.

Agora, é da mais elementar honestidade intelectual e teórica, no campo de uma esquerda que se pretende anti-capitalista, socialista e alternativa, como o BE se tem vindo a definir pela boca dos seus principais dirigentes, que não se veiculem inverdades

como a de sugerir que os pequenos partidos (na sua totalidade) da chamada “extrema-esquerda” seriam (e teriam práticas) semelhantes aos PCs, ou que todos eles seriam tributários deste modelo de partido. Que um qualquer João Carlos Espada (hoje assessor na presidência da república de Cavaco Silva) defenda que todos os partidos e formações de esquerda, excepto o PS, são cópias ou continuidade do estalinismo, vá que não vá, mas que num documento central do Bloco se venha defender, ainda que de forma encapotada, a mesma teoria, é completamente inaceitável. Que saibamos nenhum dos actuais dirigentes do BE e que durante cerca de 30 anos dirigiram pequenas organizações de extrema-esquerda (até à construção do Bloco) consideram que andaram a construir partidos segundo o modelo e os ‘tiques’ do PCP.

Que modelo de partido defendemos nós então para o BE? O Bloco desde o seu início propôs-se a ser um partido/movimento aberto, democrático, plural e de luta pelo socialismo, onde possam conviver diversas sensibilidades. E é este o modelo que também defendemos.

Mas se sabemos respeitar as opiniões das diversas sensibilidades que fundaram e incorporam o Bloco, **lutamos convicta e firmemente contra que este se consolide como um partido essencialmente eleitoral e sem base organizada, em particular, junto à classe trabalhadora; lutamos contra a institucionalização crescente do BE e a sua dependência quase total dos subsídios estatais, na sua grande maioria canalizados para sucessivas (e excessivamente dispendiosas) campanhas eleitorais e para um corpo de funcionários maioritariamente ao serviço do centro, das sedes e do aparato parlamentar. Lutamos contra a subordinação da intervenção nas lutas sociais e da construção de núcleos à actividade parlamentar e mediática.**

Queremos um partido/movimento de militantes, com núcleos organizados nos locais de trabalho e de estudo, junto aos trabalhadores e aos jovens, para que possamos determinar a nossa política através da luta social e não o contrário, para que possamos potenciar a combatividade pela base do movimento sindical, estudantil e social e não controlá-lo. Queremos um partido/movimento aberto e democrático, mas que não passe cartas em branco aos seus dirigentes para tudo dizerem e tudo fazerem. Queremos um partido/movimento verdadeiramente aberto e plural em que as opiniões divergentes não tenham constantemente de ser alvo de sectarismo e marginalização.

O Bloco em matéria de democracia interna ainda deixa muito a desejar. A retórica é a do pluralismo interno, mas a prática é a da marginalização de sensibilidades à esquerda ou de activistas que por serem conotados com posições à esquerda dentro do Bloco são sistematicamente afastados da representação pública do BE, da possibilidade de falarem em comícios ou de aparecerem em tempos de antena, de aparecerem sequer em folhetos de apoio à candidatura presidencial mesmo que sejam destacados sindicalistas bloquistas no seu sector de trabalho e intervenção sindical.

O BE convive melhor e promove sem dificuldades todas as sensibilidades e personalidades mais moderadas do que os que internamente, por exemplo, se destacam por defender as posições expressas neste nosso texto alternativo. Diz-me com quem andas, diz-me que políticas sacrificas e/ou promove, diz-me quem preferes que se destaque publicamente pelo BE ou quem preferes que se marginalize, e nós te diremos para onde o Bloco vai, que estratégia preside aos seus principais dirigentes e

que futuro lhe estará reservado. Lutaremos para que não se consolide um Bloco dócil face ao poder central, institucionalizado e mais parlamentar, mas que, inversamente, seja mais interventivo e presente no mundo do trabalho, ancorado nas lutas sociais e com os olhos postos nas grandes lutas pela transformação social, que virá das grandes mobilizações de massas ou nunca virá.

**DEMOCRACIA SOCIALISTA, MILITÂNCIA,
DETERMINAR A POLÍTICA A PARTIR DA LUTA SOCIAL.**
Luís Pires

O Rumo Estratégico do Bloco de Esquerda

O local mais indicado para discutir, com toda a plenitude, a identidade e as escolhas estratégicas do Bloco de Esquerda e para ajudar a definir as prioridades para os próximos três anos, é uma discussão alargada a todos os militantes numa, Convenção Nacional do Bloco de Esquerda, que foi por mim proposta imediatamente a seguir às eleições.

Com ou sem Convenção Nacional está aberta a discussão sobre a “identidade” do Bloco de Esquerda, apresentando-se ao Bloco de Esquerda, três desafios, que eu supunha serem:

Defender uma **Democracia Socialista**, em alternativa ao “Socialismo” burocrático e à Social-Democracia, defender **um partido de militantes** solidários com capacidade de intervenção organizada nos movimentos sociais e **determinar o pulsar da política a partir da luta social** através dinamização das lutas do proletariado e de todos os demais oprimidos (emigrantes, mulheres, jovens, minorias sexuais, étnicas, religiosas, etc.) excluídos, precários, etc., ou seja a nossa CLASSE SOCIAL, no sentido lato e actual do termo.

Mas não... os três desafios colocados ao Bloco de Esquerda, foram:

...Provar ao José Manuel Fernandes que o tempo da contracultura não acabou e que o Bloco de Esquerda não precisa de se transformar numa espécie de PC e provar ao Pedro Lomba que o caminho para o socialismo não é um plano inclinado, sem lombas, e que o Bloco de Esquerda não se contenta com o estatuto de “parceiro anónimo e menor no sistema político de dominação”.

É mau de mais para ser verdade!!!!

É preciso provar que não acabou o tempo da contracultura?

É preciso provar que não temos que ser iguais ao PCP?

É preciso provar que isto não é sempre a subir, mas que toda a gente tem altos e baixos? ??????????

Eu não consigo entender, nem sequer quero entender, porque foram uns jornalistas a despoletar tamanha reflexão sobre o rumo estratégico do Bloco de Esquerda...

Eu penso que ver o meu Bloco de Esquerda num discurso diletante e responsório (esta palavra não existe, mas como é Carnaval ninguém leva a mal!!!) relativamente a dois jornalistas da Burguesia, que todos nós, no mais íntimo dos nossos corações, consideramos como autênticos e refinados filhos-da-puta, só posso considerar que se trata de uma brincadeira de Carnaval de mau gosto, ou dum momento menos bom que acontece aos melhores... É que o José Manuel Fernandes e o Pedro Lomba cumprem

o seu papel e a resposta que merecem é o desprezo e serem pura e simplesmente ignorados e dar-lhes importância é uma manifestação de fraqueza que eu não esperaria.

Eu daria mais importância ao Jerónimo de Sousa, que representa um corrente política significativamente importante no movimento dos trabalhadores, da nossa CLASSE, e que já admite que o Bloco de Esquerda, é realmente de Esquerda (vá lá!) mas que não tem "projecto" e que se limita a ser um partido de "causas" mais ou menos dispersas.

Depois disto, só faltaria convidarem os ditos jornalistas para uma Mesa Nacional alargada do BLOCO... para uma animada discussão...

O essencial do texto é mau, e o essencial é o mais importante, embora haja, evidentemente, algumas passagens do texto, provavelmente a maioria dos parágrafos, com que estou de acordo... no seu melhor o texto sustenta que o Bloco DE ESQUERDA, para crescer, terá que ter uma intervenção social organizada e que desenvolva movimentos e temas de ruptura, reforçando as suas características de movimento aberto para protagonizar uma política socialista, rejeitando o modelo "controleiro" do PCP, e vendo a prática democrática no seio dos movimentos sociais como uma condição necessária para o seu fortalecimento e sucesso duradouro, embora resvalando, sem querer, penso eu, mas que não quero deixar de criticar, para uma concepção intelectual e pedante das mobilizações sociais que "não nascem da decepção mas da energia nova" (formulação realmente muito infeliz... só faltaria dizer que aqui não há lugar para vencidos da vida... felizmente que as centenas de milhares de desempregados não vão ler isto), porque na verdade, como todos sabemos, há muitas mobilizações que surgem por desespero, e este é também o lugar para os desesperados, para aqueles que não têm nada a perder...

Este é na verdade o pior texto produzido pelo Bloco de Esquerda, quando ao procurar definir a IDENTIDADE e as ESCOLHAS ESTRATÉGICA avança em polémicas inúteis e assumidamente diletantes (... "visa discutir hipóteses de trabalho, interpretações, ideias e projectos sem que estejam necessariamente articulados com decisões e propostas políticas imediatas"...) com jornalistas pagos para defender o Capitalismo, esquecendo verdades tão simples como o facto de NÃO HAVER PARTIDO SEM MILITANTES, e de não compreenderem que o sucesso eleitoral estrondoso que tivemos está a provocar sintomas anestésicos e conformistas, de que não podemos estar sempre contra tudo... etc., etc. e que falta mais espírito solidário e de entreajuda, dentro do Bloco de Esquerda, o que aliás deveria ser uma responsabilidade, por inerência, do estatuto de MILITANTE.

DEMOCRACIA SOCIALISTA, MILITÂNCIA, DETERMINAR A POLÍTICA A PARTIR DA LUTA SOCIAL.

Espero ter contribuído assim para a polémica sobre o Rumo Estratégico do Bloco de Esquerda...

Contribuição para o debate do Rumo Estratégico do Bloco Complementos políticos para uma esquerda vanguardista

Rui Curado Silva, BE Coimbra

1 – Sobre a primeira questão

Uma breve análise ao potencial político do Bloco, tanto humano como ideológico, não deixa grandes dúvidas que o terreno de intervenção política do Bloco é especialmente vasto. Mesmo as questões “fracturantes”, assim apelidadas depreciativamente num país fortemente conservador, representam um vasto terreno político longe de estar esgotado que necessitará de forte empenho a curto prazo, visto algumas dessas questões se encontrarem muito longe de estar resolvidas no nosso país. A prisão de mulheres que abortam continua a ser uma mancha medieval na nossa sociedade e os entraves que um certo moralismo radical de base religiosa tem colocado à modernização da medicina são inaceitáveis num estado que se deseja laico e moderno.

O documento apresentado pela Comissão Política é já exaustivo sobre a diversidade de temas, causas e lutas políticas onde o Bloco pode intervir, por isso cabe apenas aqui complementar esse documento, aprofundando e propondo algumas questões da futura política Bloco que possam contribuir para uma efectiva modernização cultural e social do país. A pretensão de construir uma esquerda vanguardista preparada para modernizar a sociedade ao lado dos cidadãos e dos movimentos sociais faz todo o sentido num país extremamente conservador, onde esse conservadorismo se estende inclusivamente à esquerda, como ficou patente nesta última eleição presidencial, onde Jerónimo de Sousa e Manuel Alegre representaram aquilo que há de mais conservador dentro do PCP e do PS, respectivamente. Efectivamente, durante a campanha assistimos incrédulos ao ressuscitar de nacionalismos bacocos, da veneração de estátuas de mármore e da glorificação da bandeira nacional, da parte de onde menos se esperava: da própria esquerda...

Pequenos contributos para as grandes causas globais

O Bloco pode e deve alargar a sua área de intervenção aos grandes temas civilizacionais globais: as alterações climáticas, a penúria de água potável, a penúria energética causada pela exaustão dos combustíveis fósseis, o impacto da produtividade global sobre os finitos recursos planetários, os grandes movimentos migratórios, as deslocalizações selvagens de empresas, as deslocalização de práticas escravagistas de trabalho, etc.

O trabalho sobre estes temas de premente actualidade, de relativa complexidade e de carácter transnacional constitui um importante contributo para que a política do Bloco possa estar na linha da frente das grandes questões políticas. Desta forma o trabalho político ao serviço dos cidadãos e ao lado dos movimentos sociais comportará uma base mais sólida e preparada para a difícil confrontação com os neo-conservadores.

Pela sua dimensão o Bloco deve trabalhar a todos os níveis de internacionalismo, sem sectarismos ou preconceitos, quer esse trabalho se desenvolva no seio dos movimentos e fóruns sociais internacionais, quer ao nível das grandes instituições internacionais, ou ainda produzindo trabalho específico com individualidades, intelectuais e pensadores com intervenção na arena política global. Nos fóruns sociais o Bloco tem-se feito representar com regularidade, mas poderá ampliar e diversificar a sua participação futura. No entanto, junto das grandes instituições internacionais o Bloco deve tirar partido da oportunidade de poder trabalhar de uma forma coerente e contínua em prol de uma população internacional e multicultural, que levanta novos e aliciantes desafios políticos. Nomeadamente no Parlamento Europeu, o Bloco necessita de alargar a sua

representação e as suas áreas de trabalho. O trabalho conjunto com as outras forças partidárias de esquerda é essencial, pois constitui não só uma oportunidade do Bloco transmitir a sua visão política, mas também uma oportunidade de aprender com muitas dessas formações políticas. Algumas destas formações trabalham há décadas em importantes temáticas de esquerda que o Bloco tem ainda alguma dificuldade em abordar. As parcerias políticas do Bloco a este nível não se devem restringir a uma esquerda hermética e “pura”, dada a singularidade política do Bloco no contexto europeu e a diversidade das formações políticas representadas no Parlamento Europeu. Os Verdes, os partidos radicais, os *Liberals* de esquerda e as esquerdas alternativas e progressistas de vários quadrantes geográficos devem ser incluídos no arco político internacional do Bloco, para além dos seus aliados tradicionais que defendem um socialismo alternativo como a LCR ou a *Rifondazione*.

O Bloco deve igualmente seguir de perto o trabalho de instituições internacionais que investigam, estudam e intervêm nos grandes problemas globais do século XXI. Por exemplo, o trabalho sobre o Aquecimento Global que tem a ser levado a cabo há vários anos no seio da ONU e da União Europeia em coordenação com centros de investigação de todo o mundo, esteve continuamente debaixo do fogo dos neo-conservadores que protegem os interesses dos grandes grupos petrolíferos. Nos últimos anos, por várias ocasiões os neo-conservadores ensaiaram tentativas bastante elaboradas para desacreditar o trabalho de milhares de investigadores de climatologia. O Bloco deve por isso estar na primeira linha da defesa da independência do trabalho de instituições que estudam as alterações climáticas, os recursos hídricos mundiais, a diversidade biológica, a migração dos povos, os tribunais internacionais, as instituições internacionais que protejam e defendam os cidadãos vítimas de abusos no seu país ou no estrangeiro, etc.

Algumas dessas instituições apresentam ainda grandes problemas de funcionamento e algum défice democrático, o Bloco deve também contribuir para que todas estas instituições internacionais possam funcionar num quadro democrático e de imunidade a multinacionais e a governos sem escrúpulos ávidos de falsear a realidade para a obtenção de lucros e conquistas políticas que comportam danos graves ao planeta e à população mundial.

No entanto, o Bloco deve combater a participação nacional em organizações com objectivos puramente belicistas, como a NATO, cuja funcionamento interno é totalmente anti-democrático e unipolar. Acontecimentos políticos como os de Guantanamo, o esboço de guerra civil no Iraque, os abusos perpetrados pelos EUA através do programa ECHELON ou a rejeição da ratificação do Protocolo de Quito por parte deste país, deveriam servir de catalisador para colocar na agenda nacional a realização de um referendo que permitisse a saída de Portugal da NATO.

O Bloco deve possuir no seu leque de potenciais parceiros de trabalho, não só as formações políticas e movimentos sociais, mas também intelectuais, combatentes e pensadores livres, cidadãos do mundo que muitas vezes sem qualquer apoio lutam contra ditaduras, contra violações ambientais, contra abusos generalizados no trabalho e contra injustiças sociais, raciais e de género. Por exemplo, no Médio Oriente e no Magrebe existem numerosos intelectuais que isoladamente combatem o obscurantismo teocrático que aí prolifera com a bênção dos grandes grupos petrolíferos americanos e europeus, muitas vezes arriscando as suas próprias vidas e as vidas dos seus próximos. Essas individualidades políticas corajosas merecem a atenção e apoio dos partidos europeus do arco político do Bloco. Mas também intelectuais ocidentais que denunciam a deriva neo-liberal com brilhantismo quer na Europa quer nos EUA (ex: Jeremy Rifkin, Saskia Sassen, Michael Moore, Morgan Spurlock, Chomsky, Slavoj Žižek, Bernard-Henri Lévy, etc.) devem fazer parte do leque de potenciais parcerias

políticas do Bloco e o seu trabalho político deve ser alvo de acompanhamento e de estudo contínuo.

Oposição global à vaga neo-conservadora

O grande combate político planetário do momento opõe-nos à vaga neo-conservadora global que tenta controlar a política planetária através do belicismo e de mitos económicos, como a “mão invisível”, que são apresentados como a banha da cobra para todas as maleitas sociais. Trata-se de um ataque cerrado a modelos sociais justos e experimentados com sucesso sobretudo na Europa, o que tem colocado debaixo de fogo essa mesma Europa através de um anti-europeísmo permanente, abjecto e fraudulento, que atinge sobretudo os países que mais garantias e direitos oferecem aos seus cidadãos. Este combate só pode ser ganho se trabalharmos em conjunto com todas as esquerdas modernas e progressistas de todas as áreas geográficas do planeta. Isolados e agarrados à nossa própria catequese (como o defendem alguns) é dar de mão beijada a vitória aos neo-conservadores.

O documento apresentado pela Comissão Política equaciona correctamente este combate político, quando a caracteriza como uma agenda socialista com a ambição de se transformar numa cultura e sobretudo quando refere que essa agenda deve ser uma agenda aberta e que aprende.

2 – Sobre a segunda questão

A segunda questão levantada pelo texto do debate sobre o Rumo Estratégico do Bloco interpela oportunamente os militantes entre um rumo de cristalização ideológica e um rumo de movimento aberto. A questão é oportuna pois quem tem estado atento a alguns dos debates internos do Bloco já deu conta certamente que existe uma corrente ideológica conservadora e dogmática que possui uma visão da sociedade, da política e da esquerda que cristalizou no tempo. Essa cristalização ideológica poderá ser explicada de uma forma simples como o faz Daniel Bensaïd no livro “*Les Trotskysmes*”, sendo essencialmente uma consequência do isolamento que sofreram muitos dos movimentos trotskistas e dissidentes que se espalharam pelo mundo após a perseguição que lhe foi movida pelos estalinistas. No entanto, esta poderá não ser a única explicação para essa cristalização ideológica.

Uma esquerda conservadora e arcaica

O grupo de elementos liderado por Gil Garcia que coordena a actual linha política da Ruptura/FER (que não se deve confundir com os restantes elementos do movimento) tem sido o porta-estandarte mais visível da defesa dessa cristalização ideológica. Essa defesa é logo bem patente na forma falseada, ingénua e ignóbil como descreve os factos mais relevantes da história política mundial da esquerda (ler: “Rumo Estratégico Alternativo”, os editoriais e a secção “De Olhos Bem Abertos” do jornal Ruptura disponíveis na internet: <http://www.rupturafer.org/>). Trata-se de uma descrição ingénua e falseada, pois basicamente tudo o que se passou no mundo e na esquerda para lá da revolução de 1917/18 ou é grosseiramente ignorado ou simplesmente menosprezado. O fim da II Guerra Mundial e a ocupação do leste da Europa pelas forças soviéticas, o Maio de 68 e a queda do Muro de Berlim são factos que claramente não entram na equação da linha política liderada por Gil Garcia. Esta linha tem uma visão absolutamente cândida e dogmática dos escritos de Marx. Se Marx tivesse assistido a todos os acontecimentos que se produziram no século XX e XXI, os seus escritos seriam hoje certamente diferentes. Karl Marx era uma personagem política de rara inteligência e brilhantismo que não seria certamente indiferente ao Maio de 68 e ao fim do Bloco de Leste, como não seria indiferente às novas visões do mundo reveladas pela

psicanálise de Freud, a relatividade de Einstein ou o princípio de incerteza de Heisenberg, que introduziram novas formas, genuinamente revolucionárias, de pensar e de interpretar a realidade. Para a linha política de Gil Garcia o marxismo é interpretado à letra e transposto peça por peça desde o século XIX até ao século XXI, inclusivamente os seus inimigos, os sociais-democratas. Gil Garcia descobre-os nos cantos mais recônditos do Bloco, de uma forma que roça frequentemente os contornos do ridículo, quais moinhos de vento de *La Mancha*! Marx é deste modo interpretado não como um brilhante político mas como uma medíocre divindade, como um ícone kitsch para uma seita fiel e devotada. Considero ainda a interpretação da história da linha política de Gil Garcia ignóbil e abjecta, pois faz uma interpretação do modelo comunista soviético como uma simples “perversão do partido revolucionário bolchevique”, como se erros políticos fundamentais não estivessem na génese do colapso soviético (que não é abordado), como se este colapso fosse consequência de uma simples falha humana, um banal erro de condução e não um importante problema mecânico. E afirmo-o peremptoriamente, apoiado não somente na vasta documentação histórica que é hoje a todos acessível e que não deve ser escamoteada, mas também pela dura realidade vivida durante décadas por parte da família do autor deste texto na antiga Checoslováquia.

A cristalização ideológica nota-se também na forma como são apresentadas as variantes políticas de esquerda, que se resumem a apenas duas...

Movimentos políticos importantes recentes que conquistaram uma certa dimensão na esquerda e que continuam a crescer como os Verdes, os movimentos pós-modernos, os *Liberals* de esquerda do Reino Unido e dos EUA (estes apoiados por Michael Moore) e todos as variantes que resultam da fusão destes movimentos entre eles e de fusões com as esquerdas já existentes, tornaram a esquerda de hoje muito mais complexa e diversa – como vem descrito no texto da Comissão Política – bem diferente do simplório e arcaico cenário descrito por Gil Garcia de uma esquerda que se divide em apenas duas correntes: os sociais-democratas e os revolucionários bolcheviques (estes com duas cambiantes: pervertidos ou puros). Esta é uma interpretação política claramente conservadora e que insiste em catalogar e delimitar abusivamente todos os militantes do Bloco entre sociais-democratas (os maus) e bolcheviques (os bons), onde frequentemente se usam designações como “a direita do Bloco” (os sociais-democratas e maus) e “a esquerda do Bloco” (os bolcheviques puros, não perversos e bons). Percebemos que a linha política de Gil Garcia vê a esquerda de uma forma linear, onde ao longo de um eixo cartesiano se dispõem os camaradas mais à esquerda ou mais à direita consoante os camaradas são mais bolcheviques revolucionários ou mais sociais-democratas institucionais. O problema é que a política não é linear e outras dimensões do universo das esquerdas se juntam a esta. Por exemplo, a dimensão da tolerância (valor fundamental de esquerda) que encontra no outro extremo o autoritarismo. E neste particular, a linha política de Gil Garcia será mais tolerante ou mais autoritária que as restantes linhas políticas do Bloco? Será mais conservadora ou progressista? Será uma linha política mais dogmática ou que se questiona? Será hermética ou aberta? Será uma linha petrificada ou uma linha que evolui e aprende? Será uma linha que inclui ou que exclui?

A verdade é que deste breve questionário a política de Gil Garcia sai muito mal tratada e uma breve e rigorosa análise permite perceber que a corrente política que se auto-intitula “mais à esquerda” tem afinal muito pouco de esquerda. A visão de esquerda de Gil Garcia baseia-se em grande medida na esquerda do século XIX, século esse em que a esquerda tal como a conhecemos hoje se começou a esboçar, mas que no entanto ainda continha muitos tiques condicionados pelo violento ambiente político

do mundo que era completamente dominado por regimes autoritários de toda a espécie, pelos resquícios da nobreza e pela nova classe de industriais que praticavam o autoritarismo, o abuso, a vingança, a justiça sumária, o dogmatismo, a exclusão, etc. Não espanta pois que, tal como a esquerda do século XIX, alguns desses tiques tenham sido, fora do seu tempo e do seu ambiente político, preservados pelo discurso político de Gil Garcia. Quem faz trabalho político no BE de Coimbra já se habituou a assistir, da parte de alguns elementos da linha política mais próxima de Gil Garcia (que distingo claramente dos restantes elementos mais autónomos da Ruptura), a tentativas de autoritarismo de paróquia, dogmatismos dignos do mais fervoroso catequista, pequenas vinganças, pretensões evangelizadoras da fé marxista com contornos de lavagem cerebral, intimidações, fulanizações gratuitas e sobretudo muita vitimização digna do santuário de Fátima em dias de peregrinação. Tudo isto rima com conservadorismo e rima pouco com esquerda. E o pior é que este conservadorismo é mal disfarçado com alguns laivos de suposta modernidade através de acções que se pretendem revolucionárias, mas que pelo seu carácter violento, intimidativo, fulanizante e sobretudo vazio de conteúdo político, fazem mais lembrar o hooliganismo de uma banal claque desportiva.

As palavras “trabalhadores” e “revolução” esvaziadas do seu significado

O fraco conteúdo desta linha política encontra frequentemente refúgio nos termos “trabalhadores” e “revolução”, duas palavras constantemente brandidas e esvaziadas do seu verdadeiro conteúdo. Basicamente, servem para justificar toscamente o posicionamento “mais à esquerda” à falta de melhores argumentos e práticas. A palavra “trabalhadores” e restante vocabulário agregado (“o proletariado”, “os patrões”, “os operários”, etc.), são palavras debitadas directamente do ideário do século XIX, ignorando completamente as diferentes realidades que existem entre o mundo do trabalho de hoje e o mundo do trabalho há 150 anos atrás. Na altura o mundo do trabalho possuía uma significativa componente do sector secundário e primário que implicava um tipo de luta e de trabalho político completamente diferente daquele que é hoje necessário tal é a sua diversidade e complexidade, como refere o texto da Comissão Política. Fica assim bem patente que a defesa do mundo do trabalho não é propriamente o forte da linha política de Gil Garcia, sendo esta uma conclusão alcançada já excluindo a candura com que alguns dos elementos que representam esta linha política proferem este vocabulário. Proferem-no com uma tal candura que se percebe imediatamente que não possuem grandes noções do que é o trabalho e do que é trabalhar.

Tal como o “trabalho”, a palavra “revolução” e seus derivados são termos que servem de instrumento para compensar as carências programáticas da linha política em causa. O carácter revolucionário das políticas de esquerda mede-se pelo conteúdo programático e não pela forma, pela rapidez ou pela espectacularidade da sua aplicação em prática. É notório que a concepção revolucionária da linha política de Gil Garcia se concentra mais sobre a forma do que sobre o conteúdo político, ficando isso bem patente quando grande do seu discurso se centra contra institucionalização da política de esquerda defendendo como única solução uma “corrente revolucionária de massas”. Ora, uma corrente baseada nas massas só é revolucionária se o conteúdo político dessa corrente for revolucionário. Nesse particular já aqui ficou registado um conservadorismo endémico e arcaico que muito dificilmente se poderá classificar de revolucionário. Para além do mais surgem-nos bastantes dúvidas do texto “Rumo Estratégico Alternativo” sobre o tipo de democracia que seria praticada após a vitória política dessa “corrente revolucionária de massas”. Percebemos que o parlamentarismo seria excluído dessa democracia. No entanto, apesar de nem sempre funcionarem

como deveriam, sabemos que todas as verdadeiras democracias de hoje possuem mecanismos de controlo e de regulação da parte dos cidadãos sobre o poder político e judicial, quer através do voto quer através de outros mecanismos de controlo da actividade destes órgãos de poder. Em relação à proposta da linha política descrita ficamos sem perceber como os órgãos de poder político – os que aplicam as políticas – serão regulados pelos cidadãos, regulação essa que é um dos pilares essenciais da prática democrática. Este é um problema que não sendo resolvido possui a capacidade de minar o mais romântico processo revolucionário, como aconteceu por demasiadas vezes no passado político da esquerda. Será esta regulação implementada por comissões de camaradas (funcionários) bem doutrinados? Ou será apenas necessário um camarada politicamente iluminado ou um partido único infalível, dispensando os cidadãos de qualquer mecanismo de controlo e de regulação da política e da justiça?

Conclusão: nem PCP, nem MRPP!

Este contributo para o debate do rumo estratégico do Bloco expressa aqui claramente não só a rejeição da linha política defendida pelo “Rumo Estratégico Alternativo”, como também o combate político às linhas essenciais dessa proposta. Uma via que interpreta a esquerda de uma forma conservadora e arcaica faria do Bloco uma formação política de um carácter completamente diferente, privado de diversidade e pluralismo, fechado à aprendizagem, politicamente estanque, dogmático, virado para o catecismo e para a evangelização política. O Bloco resumir-se-ia assim a uma espécie de versão bolchevique “pura” do bolcheviquismo “perverso” do PCP ou uma espécie de fotocópia em tamanho A3 do MRPP. Não estamos cá para isso ...

CONTRIBUTO DE RUI MAIA (núcleo de Loures)

Sem querer ser “intrometido”, mas já que ainda ontem se anunciou a existência de um texto alternativo para o Rumo do Bloco, eu gostava, não de apresentar um texto alternativo porque me parece que o primeiro está com muita qualidade e muito menos me considero capaz de desenvolver uma reflexão mais profunda, mas porque penso que a resposta à primeira pergunta poderia ter enfoque redireccionado. Parece-me também que não será desproporcionado fornecer mais algumas reflexões por escrito para a reflexão dos autores do primeiro texto porque como é claro, a capacidade de exposição pode ser melhorada quando posta por escrito.

Primeira questão: a contracultura acabou?

No texto existe, em resposta à primeira questão, várias fases de uma resposta que na minha opinião poderia ser melhorada.

Nos primeiros 5 parágrafos é efectuada uma análise mais prática daquilo que a realidade nos tem mostrado e parece-me que a resposta é muito bem introduzida com conceitos objectivos de análise ao espaço político actual e aos factos que levaram o Bloco a crescer e a definir-se como um partido de lutas pelos direitos da maioria em detrimento do normal alinhamento em forma de lobby dos partidos com representação parlamentar até agora existentes.

Segue-se um delinear de um raciocínio que se baseia em definir o termo contracultura fazendo uma retrospectiva sobre o surgimento do termo contracultura até à definição mais abrangente que hoje poderá ter, enunciando várias interpretações mais ou menos interessadas do termos contracultura, mas na minha opinião, dando muito pouco relevo aquilo que se passa a um nível mais global e que ultrapassa as nossas fronteiras, ou seja, o conflito social e a radicalização de um conflito de classes que está a crescer com ambas as partes em conflito a munir-se melhor e organizando-se com mais força.

Parece-me que a resposta se preocupa demasiado em explicar a ideia de contracultura moderna tentando deixar bem claro que os teóricos neoliberais como jmf demonstram medo do nosso tipo de organização porque rompe com uma estabilidade política que está claramente em oposição à estabilidade social. Obviamente que o jmf como outros sabem aquilo que fazemos e como escolhemos fazer, e sabem também que não será fácil acabar com o Bloco até pela orgânica dinâmica que constrói e se organiza de fora (do social) para dentro (organização política).

O que não me parece que esteja claro na resposta e que eu gostava que fosse mais explícito, é que o Bloco não se insere apenas numa cultura de modernidade e de desenvolvimento social em antagonismo à violência do capitalismo e ao conservadorismo que usa a mentira como forma de propaganda política e remete para o futuro uma solução que cada vez é mais difícil atingir pelo caminho que a própria doutrina ao mesmo tempo actual e arcaica delinea. O Bloco insere-se e cresce num momento de agudização do conflito social, em que as bases para esse conflito surgem precisamente da política conservadora e neoliberal que é utilizada nos países mais “modernos” ou “desenvolvidos” do globo. Essa política neoliberal (e os seus adeptos, em geral bem localizados economicamente e socialmente) que é exportada da forma que for necessário, tem contribuído ao mesmo tempo para que a maioria da população mundial esteja cada vez mais pobre e dependente de um pequeno grupo que detém de forma esmagadora a riqueza e produção. Mas se por um lado são os actores e beneficiadores da política neoliberal que tentam demonstrar que nós somos “apenas”

contracultura e que nos inserimos na política como um fenómeno efémero, por outro lado, ignoraram o factor de revolta humano contra a subversão e privação, esse factor é o verdadeiro centro, não da contracultura mas de uma atitude de resposta, mais ou menos organizada a uma agressão constante que nas últimas décadas se agrava e que atinge mais pessoas. A contracultura como forma de um pensamento organizado e de sistema de organização política ou social organizado não é para mim portanto o centro da nossa resposta, mas sim, o resultado de uma resposta que é dada, na Europa, na América Latina, e onde mais se organizem actores sociais e políticos para defender os interesses da maioria. Tanto mais consistente esta contra-cultura será quanto mais objectiva e qualificada for a nossa acção, até se tornar numa alternativa social e económica.

A política capitalista não conseguirá estrangular de forma continuada os movimentos sociais e políticos como o Bloco, não porque estes representem grupos de elites intelectuais mas porque são o fruto da própria política capitalista, que enquanto agride e restringe direitos, gera filhos para a guerra social que se agudiza. A política neoliberal gera revolta e eventualmente grupos sociais e movimentos de revolução em relação à organização vigente, e fruto desse nascimento organizado e desse pensamento revolucionário à época, nasce uma contracultura, contra a cultura vigente e os métodos de organização social considerados injustos e a redistribuição obviamente escandalosa da produção e da riqueza.

No texto refere-se ainda que “Se esta agenda se puder transformar numa cultura, então terá uma força intrínseca muito superior à actual, e é nessa referência que se cria a força e a fidelidade de um campo político. Para o desenvolvimento do Bloco, precisamos que esta agenda se transforme numa cultura.”

Parece-me que se por um lado o Bloco se deve claramente comprometer a desenvolver esses movimentos sociais alimentando-os de política, debate e informação, sem ter como objectivo o controlo dos mesmos (tal como faz o PC), por outro lado devemos ser muito claros em assumir que as acções de crescimento da massa crítica a nível nacional deve ser estritamente ligada a movimentos internacionais que vão no mesmo sentido, quando estes forem uma realidade já existente. O Bloco não deverá observar apenas a actividade política como forma de crescimento de um campo político, mas sim, acentar esse crescimento sustentado numa estrutura organizacional e de acção política que forneça a esse vasto campo político em potência um suporte organizativo e de estrutura de comunicação e informação eficiente que possa trazer vantagem em relação ao embate tido com um agressor social que domina neste momento quase toda a capacidade estratégica de informação e comunicação. Não será inútil lembrar que a luta “anti-terrorista” tem tido um enfoque não nos off-shores ou lavagem de capital e tráfico ilegal de armas, mas sim, no controlo das organizações e das comunicações vindas dos mais variados meios que ainda não estão dominados (pela própria sua natureza), sejam estes os telefones fixos ou móveis ou a Internet. É necessário portanto dotar o nosso campo social e político, a nível nacional e internacional, de um suporte forte, não porque este suporte venha de alguma ou algumas organizações que dominem ou definam o conceito de contracultura, mas porque essa contracultura cresce fruto da actividade social do povo esta necessita de ser alimentada.

| LiNgUaDoS e ChOcHoS |

No momento em que se preparava para sair do quarto, sentiu uma mão a tocar-lhe levemente no ombro. Virou-se apenas o suficiente para que se apercebesse que os seus lábios já lhe tocavam. Um beijo chocho. Ora os beijos chochos são por natureza coisas desenxabidas e sensaboronas. São a antítese da paixão que presumem anunciar.

Contraiu os músculos dos braços e, movimento contínuo, transformou um beijo chocho num linguado. Como é óbvio aquilo não ficou por ali.

| mAnIa Da InSaTisfaçãO |

Este documento pretende contribuir para o debate que foi lançado pela direcção do Bloco. É um documento que quer fazer crescer o debate e não diminuí-lo. Os seus autores estão de acordo com as grandes linhas da análise efectuada e da caracterização do momento político na esquerda e no país. O texto da comissão política é muito claro e em certo sentido clarividente. Não queremos fazer por isso polémica. Procuramos aqui juntar perspectivas e com isso precisar ideias, sobretudo no plano interno do movimento. Uma direcção que questiona em vez de afirmar, expondo-se de forma pouco habitual na política partidária, é uma demonstração inequívoca de uma nova forma de entender a prática dirigente. Queremos isso e como é natural – aqui sorrimos – queremos um pouco mais.

| oUtRaS hIsTóRiAs |

O texto começa com o enquadramento da discussão, centrando-o nas questões sobre a modernidade/antiguidade clássica ou nos debates da sociedade norte-americana dos anos setenta. É uma discussão interessante, mas situada temporalmente e com utilidade apenas para o debate com os nossos adversários - para compreender o neo-conservadorismo, mas não uma nova esquerda. O facto de os nossos adversários se socorrerem dessas questões deve-se provavelmente ao facto de o Bloco ser um fenómeno incompreensível para eles. A novidade do Bloco deve ser entendida em 2006, 7 anos depois da sua formação, com os elementos de novidade da sociedade portuguesa e do seu contexto internacional. O texto bate certo no sítio certo logo de seguida.

Mas voltemos aos anos setenta para contar outra história. Num momento em que a lógica nuclear da guerra-fria dominava o planeta, um grupo de investigadores em computação americanos percebe que nenhum sistema de informação poderia sobreviver a uma guerra, seguindo a lógica tradicional de guerra de fortalezas, posições e trincheiras. Seguindo essas regras nenhum sistema de informação teria qualquer interesse ou viabilidade. Ora a solução encontrada era mudar as regras ou, falando caro, mudar de paradigma. A solução passou por fazer com que os sistemas de computação estivessem distribuídos, garantindo o máximo de autonomia em cada um dos elementos, fazendo com que em caso de ataque nuclear, todos os restantes nós se mantivessem operacionais e comunicantes. Garantia-se assim o funcionamento global do sistema. A esse modelo de infra-estrutura deu-se o nome de funcionamento em rede. Em 1971, com apenas 15 computadores ligados aparece aquilo que é hoje conhecida como a *Internet*.

| Os Primeiros Passos |

A relevância eleitoral do Bloco surge não apenas por estar por cumprir aquilo que é definido no texto como “a agenda da modernidade”. O Bloco está na política enquanto herdeiro dessa “agenda” - é certo - mas com uma forma de intervenção que não se coaduna com as ferramentas tradicionais de análise política. Isto é verdade não só para adversários (de esquerda ou de direita) mas também para companheiros de estrada. Quem quer que já tenha passado pela tarefa de explicar o Bloco a um militante da extrema-esquerda francesa, percebe toda a amplitude da questão.

O Bloco lança na esquerda portuguesa formas inéditas e criativas de fazer política. No momento inicial, nasceu da união de diversos partidos grupusculares da esquerda não parlamentar. O desafio era criar formas organizativas em que as tensões entre miscigenação e sectarismo fossem ultrapassadas privilegiando a aprendizagem mútua e a afirmação de unidade. Seríamos ingénuos se pensássemos que este processo decorreu sem conflitos ou contradições, estando neste momento ultrapassado em absoluto. É no entanto um traço dominante e que corresponde à prática organizativa maioritária. Esse desafio foi vencido, ao ponto dos partidos fundadores se terem dissolvido em correntes políticas que programaticamente não desejam voltar a ter expressão eleitoral própria. O Bloco tornou-se maior que a soma das partes e venceu o primeiro desafio – nascer.

| as Pulgas matam-se De Muitas Maneiras |

O segundo desafio era o da credibilidade. Tal como é referido no texto esse desafio foi ultrapassado com o sucesso eleitoral, com a capacidade de intervenção do seu grupo parlamentar, com a notoriedade e reconhecimento dos seus dirigentes, com a firmeza das suas escolhas nos debates que atravessaram a sociedade portuguesa. O Bloco venceu este desafio num terreno enormemente armadilhado. Não existia em Portugal uma tradição política autónoma das dinâmicas partidárias (aqui exceptuamos os movimentos estudantis do período cavaquista). Entretanto surgiram mobilizações inéditas que denunciaram a hipocrisia internacional no caso de Timor e no caso Iraquiano. Curiosamente no momento em que se procura modificar de forma mais ampla e conservadora os direitos sociais dos assalariados, a greve geral marcada contra o governo PSD-CDS tem uma expressão limitada e denota as fragilidades do movimento sindical em momentos críticos de emergência social.

A credibilidade e o sucesso do Bloco resultam então de um núcleo chave de quadros políticos que conseguiram fazer singrar a organização, apesar da inexistência de um movimento social com continuidade temporal, com capacidade de criar quadros e consciência social. Curiosamente algo comum noutros países da Europa do sul.

Não temos neste processo uma perspectiva mecanicista. Não pensamos que o Bloco tenha mais ou menos mérito por se ter constituído desta forma, numa forma inversa (simplicemente) ao que foi o processo, p.ex, do PT Brasileiro. As pulgas matam-se de muitas maneiras, mas apesar disso devemos ter consciência da forma como o fizemos e como o queremos fazer.

| a CuLtuRA dA eFeRvEsCêNcIa |

O terceiro desafio, que é o presente e portanto aquele que é mais importante, é o de termos a capacidade de ser maioria social. Aqui todos os olhos se arregalam. O Bloco soube nas últimas legislativas responder de forma coerente ao desafio da institucionalização. Não queremos ser apêndices de um governo neo-liberal do Partido Socialista. Nem, ao contrário do PCP ou do CDS, pensamos que o sucesso da nossa intervenção institucional possa ser medido pela capacidade de participar a qualquer preço num executivo. Ser maioria social é um desafio muito maior, mais empolgante e genuíno do que conseguir ter no paladar o sabor do poder governativo.

Pelo contrário, como é correctamente enunciado no texto, é necessária uma cultura política própria capaz de no país gerar movimento, capacidade de resistência mas sobretudo capacidade de fazer propostas que impliquem mudanças efectivas. Essa é a semente subversiva da transformação. Justamente por isso há que considerar “que a luta emancipatória do Trabalho é inseparável de todos os outros referenciais de transformação e modernização. E que entre os diferentes conflitos que atravessam a sociedade não têm que se estabelecer hierarquias ou subordinações ao serviço de uma visão partidária, mas antes desenvolvimento combinado e articulação.”

Que cultura é então esta, que tenha capacidade de reduzir o (neo) conservadorismo a um fenómeno inoperante no seio da sociedade portuguesa? A metáfora da rede pode ser aqui lembrada. A ideia pode ser enunciada da seguinte maneira: há uma tensão entre as formas clássicas de organização e novas formas que privilegiam o funcionamento organizativo em rede, em que cada um dos nós da rede tem autonomia própria e capacidade de intervenção por si só. O Bloco tem no seu seio boas sementes para que estas formas de informalidade possam ganhar força. Uma nova cultura política capaz de se constituir com força em Portugal deverá ter a capacidade de criar laços entre as pessoas, permitir que se estabeleça activismo para além de formas centralizadas de acção e que garantam finalmente a existência de um novo corpo social de esquerda, com quadros formados num cadinho completamente diverso daquele que resultou do período marcado por 74 e décadas seguintes. Essa é uma das conclusões que podemos tirar do movimento de Fóruns Sociais em geral e de outras experiências mais locais relevantes, como alguns aspectos do movimento contra a guerra (na Grã-Bretanha), o movimento zapatista (México), as experiências organizativas precárias em torno do *May-Day* (Itália), a rede de colectivos *Sans Papiers* (França), as redes informativas *Indymedia* (EUA) e, voltando mesmo até lá atrás, as comissões de trabalhadores e moradores do pós-25 de Abril (Portugal). Este movimento popular é em Portugal muito incipiente, e tanto orgânica como programaticamente embrionário. A sua experiência organizativa em sentido lato é no entanto relevante e com consequências ao nível da nossa própria forma de funcionar.

| oPtImIsMo |

Este terceiro desafio, o de ser maioria social, sendo muito mais empolgante que a clássica questão da tomada do poder, encerra em si mesmo optimismo. Mas esse optimismo não é só uma questão de crença abstracta, como seria certamente apenas há meia dúzia de anos atrás. O Bloco tem núcleos geograficamente muito dispersos, com ritmos e experiências muito próprias. Existimos efectivamente em todos os distritos do país. Com este optimismo

não queremos escamotear dificuldades. A primeira das quais resulta da necessidade que tivemos até hoje em mimetizar o aparelho de estado. Nesse sentido a transversalidade e a informalidade que é necessária num movimento em rede, aprofundaria o papel das direcções locais e dos núcleos enquanto fóruns de coordenação e não como organizadores exclusivos da agenda central / eleitoral de Lisboa. “Não, o nosso modelo não é o dos partidos sociais-democratas do século XIX nem o dos partidos comunistas do século XX.” O desafio é portanto o de criar em Portugal um movimento político capaz de ser catalizador da efervescência social e tornar-se um fórum capaz de agregar de forma aberta a maioria dos activistas do país. O Bloco tornar-se-á o ponto de partida da cidadania para uma intervenção institucional, disputando o espaço dos partidos políticos tradicionais.

A “primeira certeza conservadora: só há espaço para os partidos tradicionais, dois à esquerda e dois à direita, com um modelo de governação que tome razoavelmente indistintas as políticas dos partidos alternantes no governo, configurando um bloco central continuista por via da orientação de cada um desses partidos quando chega ao poder”. Para além dos partidos do “centrão”, as formações situadas lateralmente deste espectro político, neste caso o PCP e o PP, representando sectores sociais específicos, assumem igualmente um papel de elemento integrador da dissidência dentro da arquitectura institucional da democracia representativa burguesa. A participação em instituições do aparelho do Estado e a sua manutenção ao longo do tempo pode conduzir, caso não exista um sentido apurado sobre qual é o projecto estratégico de transformação social do Bloco, a uma integração no sistema hegemónico. Assim, o combate à institucionalização e à rotina, passa por buscar as formas de articulação da acção política institucional e extra institucional, num projecto que, mais do que exercer o poder tal como ele é concebido, visa operar uma transformação radical nas relações desiguais de poder existentes nas mais diversas esferas da vida. Essa articulação não pode ser tão só proclamada mas sim consubstanciada nas práticas organizativas e consequentemente na afectação de recursos materiais e humanos.

| uM pErCuRsO eM dUaS pErNaS |

Neste sentido o Bloco será uma forma original bicéfala de política, onde activistas sociais com uma constelação de intervenções específicas se podem encontrar para definir programas de unidade que disputem o território do aparelho de estado, da mesma forma que disputam o espaço das vivências sociais de base, ligadas a formas não representativas do poder político. Esta efervescência é a autonomia dos nós da rede. Este é o desafio dos próximos anos. Manter a credibilidade e o sucesso da intervenção dos nossos eleitos ao mesmo tempo que desenvolvemos um projecto de efervescência social capaz de se articular com as dinâmicas da sociedade. Que se crie o terreno propício para a formação de corpo social, de criação de cultura política, de discussões consequentes e de uma prática organizativa onde a acção e a discussão andam lado-a-lado. Assim se formarão quadros políticos fazendo com que no binómio “sucesso eleitoral / transformação social”, os termos não façam sentido isoladamente.

| uM mOvImEnTo De MOViMeNtOs |

O Bloco não é hoje um partido frentista ou um partido onde as suas correntes sejam estáticas no tempo. Sendo o Bloco um processo de aprendizagem colectivo, também as correntes que lhe deram origem se transformaram drasticamente com a sua integração no movimento. Nenhuma dessas correntes pode prescindir hoje do Bloco, tal como o Bloco veria reduzido dramaticamente o seu arco-íris com a saída de qualquer das suas componentes. Cada uma das correntes tem uma perspectiva específica sobre a actualidade. Todas elas são legítimas e têm direito de se exprimir. Sobre isso não nos vamos pronunciar. Achamos que no entanto deve ser discutida colectivamente a novidade deste modo de fazer política, as limitações e potencialidades desse modelo.

Há duas formas de encarar este modelo. Poderíamos pensar que as correntes serviriam para exprimir expressões programáticas próprias, partilhando entre si regras de partilha interna de poder, criando um consenso blindado no centralismo de cada uma e numa cadeia de comando (in)formal à qual responderiam os seus membros, condicionando debates e decisões ao nível das diferentes instâncias do Bloco. Nesta lógica de funcionamento os bastidores precederiam o palco.

Outra perspectiva é a de que as correntes, ainda que herdeiras de tradições próprias, serviriam como espaços de questionamento, fóruns de debate específicos e como elementos naturais da democracia interna. Nesta lógica o palco, melhor dizendo, os palcos, seriam transparentes e em grande medida abertos a todos os membros do Bloco. Por esta razão existem as mais variadas publicações no Bloco. Na exacta medida em que soubéssemos os princípios de cada um, em todos os debates haveria clareza de posições e não seria necessário discutir sempre as pedras basilares da nossa intervenção a partir do zero, repetindo *ad nauseam* princípios e posições específicas. Isto não significa evidentemente consenso, mas daria mais operacionalidade aos fóruns que o Bloco organiza internamente.

Aprofundar a lógica de espaço de espaços, fórum de fóruns, movimento de movimentos deverá assentar nesta lógica de parceria em concorrência. Isto significa confiança e conhecimento mútuo, apesar das divergências específicas. Significa reconhecimento de legitimidade na organização colectiva interna e na vontade comum de recombinação, aprendizagem e de criação de espaços crioulos.

| PaRoLe, PaRoLe, PaRoLe |

Uma questão final sobre as palavras. Por muitas vezes ouvimos falar sobre a “esquerda moderna”. Faz sentido fazê-lo no contexto político e de agit-prop, mas é um pouco estranho lê-lo em textos programáticos.

Se tomarmos como escala de análise a do tempo presente, podemos com certeza classificar o nosso projecto de moderno em relação à agenda conservadora dos nossos opositores. Aqui existe naturalmente uma disputa de sentidos e de significados, em que procuramos combater a simbologia da mudança, do moderno, do progresso que tem sido hegemonizada pela direita. Assim para a direita, as “reformas modernas” significam a privatização dos bens públicos e a desregulamentação das relações laborais. Nesse sentido a reapropriação por parte da esquerda desta palavra significa a disputa do seu significado, incorporando-lhe novos valores, nomeadamente os da ampliação do cânone democrático e da conquista de direitos sociais e políticos, relegando a direita para o campo do conservadorismo

e da regressão social. O resgate do significado das palavras é um bom ponto de partida na construção da acção política. Até aqui tudo bem.

Mas o que pode causar estranheza é de facto a reafirmação deste no que se propõe ser um texto programático. Aqui o termo moderno ou modernidade poderia assumir contornos de análise paradigmática. Se se tomasse esse enfoque paradigmático, poder-se-ia argumentar que a noção de modernidade se encontra intrinsecamente associada ao contexto do século XX, à ideia de um bem absoluto, de um programa político máximo, de uma ordem social que poderia (assim se acreditava) ser caracterizada a régua e esquadro. A ideia moderna de ordem é a da prevalência do centro sobre a periferia, da direcção sobre as bases. É a lógica da cadeia de comando, dos modelos de produção de Taylor ou de Ford. É a lógica da dissuasão nuclear ou no seu limite, da máquina de extermínio nazi.

A modernidade é assim entendida como uma antítese da lógica da movimentação. Da prevalência do processo sobre a estrutura, da dinâmica e da interacção sobre programas e dogmas pré-estabelecidos, da mutação sobre o definitivo, do que é dialéctico sobre o que é estritamente mecanicista.

O debate paradigmático pode e deve ser tido mas cremos que não seria este o propósito. Referindo mais uma vez concordância com o texto, talvez preferíssemos outra palavra quando é usada por diversas vezes o termo “esquerda moderna”.

O que abre em Portugal espaço social para um movimento como o Bloco é o final do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização e na mecanização. Esse era o princípio da modernidade mas não é o princípio do momento em que vivemos. Essa é também uma das conclusões que podemos tirar da mobilidade eleitoral que tem ganho importância nos tempos mais recentes. Maioria absoluta do PS nas legislativas e logo de seguida maioria absoluta da direita nas presidenciais. A fidelidade partidária, onde as eleições eram decididas pela classe média oscilando ao centro no Bloco Central terminaram e nós próprios não só disputamos, como potenciamos essa mobilidade. Em todas as eleições disputamos todos os votos.

Recriar sentido para palavras, inventar conceitos e criar novos significantes será apenas mais um dos desafios a que nos lançamos enquanto organização.

| **uMa MiLiTâNcIa OnDe O cHoCho É eStRaNgEiRo** |

Finalmente há um aspecto ausente do texto da direcção e que deve aqui ser lembrado. O prazer, o gozo e boa disposição não podem nunca ser componentes menores ou um elemento negligenciável na cultura política que desejamos construir dentro do Bloco. Não podemos pensar os nossos militantes como sujeitos amorfos de subjectividades e que se revejam numa militância estritamente enquadrada por um modelo institucional de organização. Esta dimensão cruza-se com muitas das questões chave de uma cultura política capaz de enfrentar os desafios contemporâneos da nossa organização.

Coimbra e Porto, 14 de Março de 2006

Hugo Dias - hrdias@aeiou.pt
João Luciano - joaoluc@gmail.com

CARTA ABERTA À COMISSÃO POLÍTICA DO B.L.O.C.O.

Assunto: O RUMO ESTRATÉGICO DO BLOCO

Companheiros

A) Justificações

1- Embora não assinado, presume-se que o documento em assunto emana da Comissão Política, uma vez que foi "cabeado" por um "bilhete" — este, sim, assinado pela Comissão — que reproduz integralmente a INTRODUÇÃO do documento.

Esta é a justificação de endereçar a presente à Comissão Política.

2- Após ter recebido (e lido!) três doutos documentos elaborados na sequência dos resultados das Presidenciais (um emitido pela Mesa Nacional, outro de F. Louçã respondendo a J. H. Fernandes e o terceiro com o título em assunto — este, aliás, respigando

muitas passagens da referida resposta) cheguei à conclusão de que sou estulto (se não estúpido...) porque votei num dos dois candidatos presidenciais que obtiveram os dois primeiros lugares.

Mas acontece que (paradoxalmente?):

- sou bloquista, Aderente convicto e militante (modesto);
- vejo o Bloco como partido de poder, tal como foi definido na IV Convenção Nacional;
- não consigo conceber que o Bloco possa chegar ao poder sem o voto duma boa parte dos estultos como eu (que

representam QUASE TRINTA E NOVE POR CENTO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL, quase 44% dos eleitores — para não contar com os estultos que se abstiveram ou votaram em branco, e sem esquecer que quase 0,8% se decidiram por votar nulo, isto é, que rejeitaram todos os candidatos, F. Louçã incluído).

A constatação retro leva-me a pensar que poderá ser útil para a Mesa Nacional o comentário de um dos tais estultos, e é isso que justifica a decisão de escrever a presente carta aberta.

B) Comentários

1- O primeiro (e espantado!) comentário é para a constatação de que

as opiniões de 2 (dois) cidadãos — J. M. Fernandes e Pedro Lomba — merecem da Comissão Política uma resposta que se estende por mais de 6 (seis) páginas A4, ainda por cima preenchidas em letra miúda. E refiro apenas estes dois por não me parecer relevante a "chamada" de João Carlos Espada à discussão das questões.

Nós outros, os estultos, ficamos refens de duas perguntas:

- são os ditos dois (ou três) cidadãos tão importantes que são por si só capazes de colocar a Mesa Nacional em posição defensiva?

- ou sente-se a Mesa Nacional tão frágil que é forçada a responder a dois (ou três) cidadãos com um documento "de fundo" — ao ponto de pretender o rumo estratégico do BE?

Não sabendo quem foi o "ghost-writer" do documento, eu, estulto que parece sou, inclino-me a pensar que tão extenso desenvolvimento de resposta tem na base uma quezília não resolvida entre os tais dois (ou três) cidadãos e o meu desconhecido "ghost-writer".

2- Que o Bloco cresceu como fenómeno urbano é questão que pouca (se alguma...) dívida me levanta, não obstante ser marcadamente rural a única Câmara que dispõe dum executivo eleito em lista do B. E. Como também nenhuma dívida se me põe quanto à feliz coragem do Bloco de ter trazido à cena política questões "fracturantes" — as quais, graças à tal coragem, tornaram outros (não bloquistas) "hoje mais sensíveis a tal tipo de exigências."

Por esta razão tais questões (causas) deixaram de estar "em brasa", não estão hoje mais do que "mornas". E como "quando está em brasa é que se malha o ferro" não se me afigura devermos gastar muita energia na continuação de tais combates. Acredito que apenas lhe deveu ser "chegados uns calores" de vez em quando, a fim de não correr o risco do seu completo arrefecimento.

3- O Bloco, porém, não chegará a "partido de poder" se se não organizar como partido. O que não quer dizer que tenha de organizar à imagem dos partidos tradicionais, presentes e passados. Já tem semelhanças suficientes; na IV Convenção Nacional criou a Comissão Política, definiu um órgão uninominal (o seu Coordenador) ainda por cima por inerência (é o 1º subscritor da

moção de estratégia mais votada em Convenção Nacional) e deu permissão para o aparecimento de estruturas concelhias (ponto 2 do Art. 12º dos Estatutos). Quanto a mim, basta de semelhanças em termos de estrutura!

O passo seguinte, por muito que isso custe aos nossos idealistas, terá de ser a profissionalização dos executantes e dirigentes administrativos, que não podem ser exclusivamente competentes no uso das ferramentas informáticas uma vez que (última sondagem que conheço) somente 25% dos lares portugueses possuem tais ferramentas.

4- Mas tanto ou mais importante que o dito passo é o Bloco ser capaz de alargar (e não apenas manter) a sua característica de movimento não espartilhado: estou firmemente convicto de que só esta característica permitirá detectar causas que, por incómodas ou mesmo lesivas do "establishment" nunca serão trazidas a público por "figuras de proa" da classe política — ou, em alternativa, sê-lo-ão "embrulhadas em conversa" de forma a pseudo-demonstrar a sua menor importância, quando não a sua inviabilidade prática.

Para me não ficar apenas por dissertações, deixo apontar quatro hipóteses de causas que, por inequivocamente virem a influenciar a vida de todos nós, encontrarão decerto eco entre os portugueses se forem levantadas com a frontalidade e competência discursiva que tem sido o timbre do Bloco:

- a) a Política da Água que na moção ganhadora na IV Convenção Nacional mereceu apenas uma ou duas linhas de insurgência quanto à privatização de tão escasso e fundamental bem;
- b) a Política do Mar que na dita moção foi simplesmente omitida, não obstante ser o mar a única (e, sabe-se há muito, enorme!) riqueza natural do País;
- c) a discussão sobre a viabilidade da construção de uma central nuclear para produção de energia eléctrica; (que me perdoem os que ainda fazem parte do "regimento" do NUCLEA? NÃO, OBRIGADO; eu já fiz mas já saí, por força do contínuo avanço da tecnologia);
- d) a Política de Natalidade: todos os que se não limitam a "ver passar o comboio" sabem que é urgente passar da média de 1,5 filhos por mulher para 2,1 (se-

quando uns) ou para 2,5 (segundo outros); o que significa ser necessário que cada mulher fértil defina 3 filhos como objetivo de vida (um dos objetivos, é evidente); e isto implica que, para além dos estímulos e apoios a conceder às mães, terá de se erradicar a tão difundida recusa das mulheres a se auto-considerarem simplesmente "produtoras de filhos" se acaso admitem a hipótese de gerarem mais do que um ou dois

5- Já vai (demasiado?) longa a carta. As minhas desculpas por tal aos que a leram. Mas eu, com a pressa com que tive de a escrever, não a consegui mais curta.

Como os que a leram (poucos, decerto) não fazem parte do conjunto de bloquistas estultos em que me inseri, eles poderão talvez vir a contribuir para que a linguagem e as causas do Bloco cheguem aos estultos não-bloquistas, levando-os assim a votar B.E. em quantidade que o leve ao poder. E isto é o que, afinal, pretendo ver concretizado!

... É que eu, tal como já deixei a "companhia" do NUCLEAR? NÃO, OBRIGADO! Também já deixei de pertencer ao "pelotão" dos que entendiam (entendem?) de que o papel do Bloco é "correr por fora estando por dentro".

Aceitem as minhas efusivas saudações bloquistas.

Charneca de Caparica, 11 de Março de 2006



(F. N. BERNARDES-SILVA)

P. S. - Permitam-me ainda um agradecimento e um laudatório elogio à companheira Filomena Silva, Agradecimento por se ter disposto ao trabalho de usar a sua ferramenta informática para difundir esta carta abata. Elogio e louvor porque, num espírito de completa tolerância, se ter dado a tal trabalho embora discordando de partes apreciáveis desta mesma carta.